

FEMINISMO
IGUALDADE VIDAS JUSTIÇA
VIDAS JUSTIÇA MULHERES GÊNERO
MULHERES DIREITOS
DIREITOS GÊNERO IGUALDADE
GÊNERO IGUALDADE VIDAS
GÊNERO FEMINISMO
IGUALDADE GÊNERO JUSTIÇA
VIDAS JUSTIÇA GÊNERO IGUALDADE
MULHERES DIREITOS GÊNERO VIDAS
DIREITOS GÊNERO MULHERES
VIDAS JUSTIÇA MULHERES
MULHERES DIREITOS
FEMINISMO

30
THEMIS
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

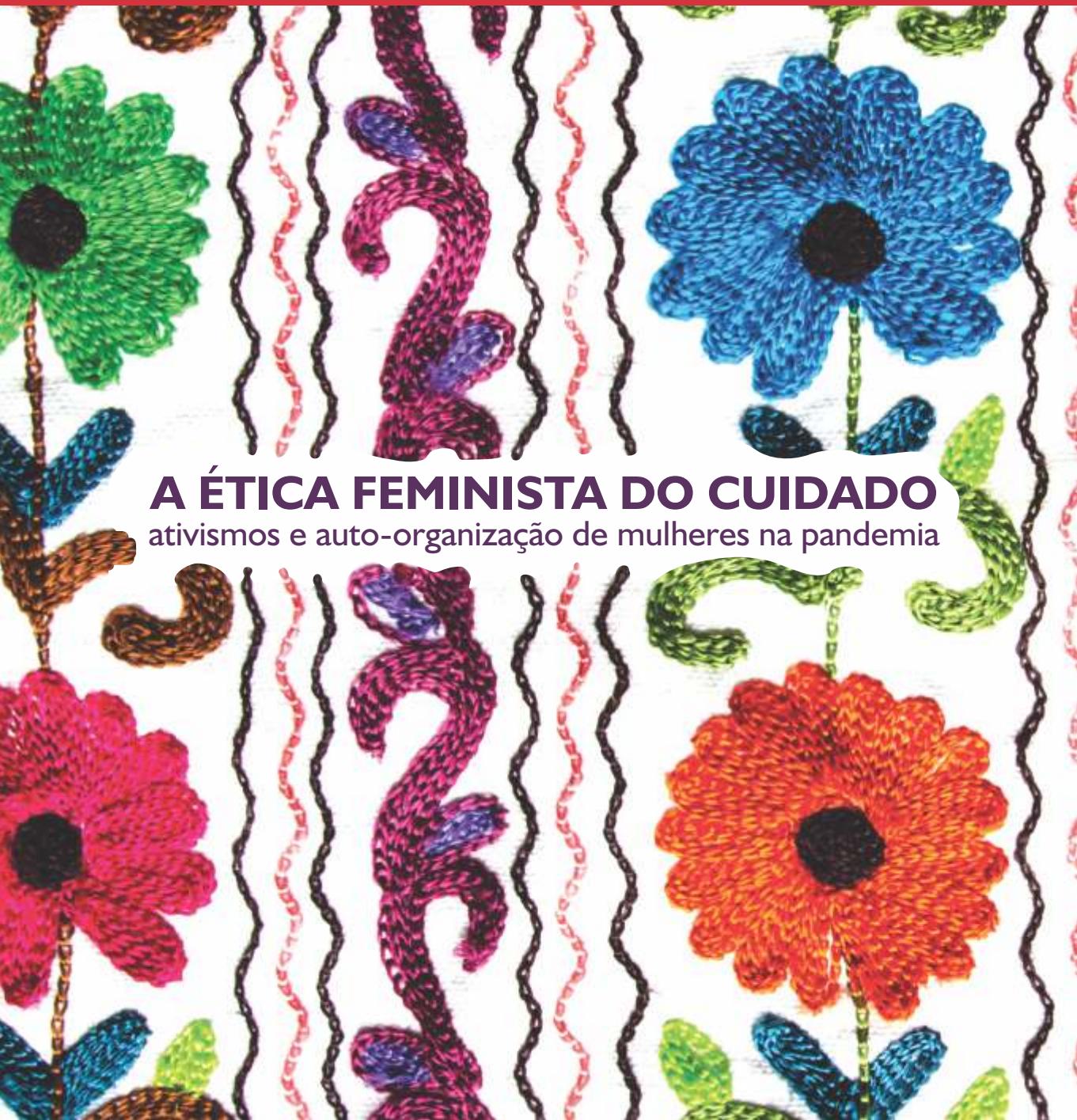
THEMIS REVISTA

GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

NOVEMBRO 2023

A ÉTICA FEMINISTA DO CUIDADO

ativismos e auto-organização de mulheres na pandemia



THEMIS REVISTA

GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

NOVEMBRO 2023

A ÉTICA FEMINISTA DO CUIDADO

ativismos e auto-organização de mulheres na pandemia

30
THEMIS
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS



Revista Themis . Gênero, Justiça e Direitos Humanos . Número 4 . Novembro 2023
A Ética Feminista do Cuidado: ativismos e auto-organização de mulheres na pandemia.

Direção Executiva Márcia Soares

Equipe Técnica

Ana Paula Arosi	Coordenadora Pedagógica do curso Jovens Multiplicadoras de Cidadania
Ayenne Silva da Conceição	Assessora Administrativa
Cássia Priscila Ribeiro	Assistente de Projetos da Área de Enfrentamento à Violência de Gênero
Fabiane Terezinha Lara dos Santos	Assistente de Projetos da Área de Trabalho Doméstico Remunerado
Fernanda Schutz	Assessora Administrativa e Financeira
Hellen Christiny Rosa Fonseca	Estagiária no projeto Jovens Multiplicadoras de Cidadania
Hilda Alejandra Gavilanes	Consultora da Área de Trabalho Doméstico Remunerado
Jéssica Miranda Pinheiro	Coordenadora da Área de Trabalho Doméstico Remunerado
Madylene Costa Barata	Portal manager na Área de Trabalho Doméstico Remunerado
Rafaela Caporal Dantas Costa	Coordenadora da Área de Enfrentamento à Violência de Gênero
Viviane Belini Lopes	Estagiária de Direito

Assessoria de Comunicação Janaína Kalsing e Rossana Silva

Conselho Diretor Carmen Hein De Campos
Denise Dourado Dora
Estela Oliveira
Esther Pilar Grossi
Fabiane Teresinha Lara Dos Santos
Márcia Veiga Da Silva
Márcia Soares . representante legal
Maria Guaneci Marques De Ávila

Suplente Luana Pereira Da Costa

Conselho Fiscal Maria Salete Da Silveira Pinto
Miriam Steffen Vieira
Maria Inês Nunes Barcelos

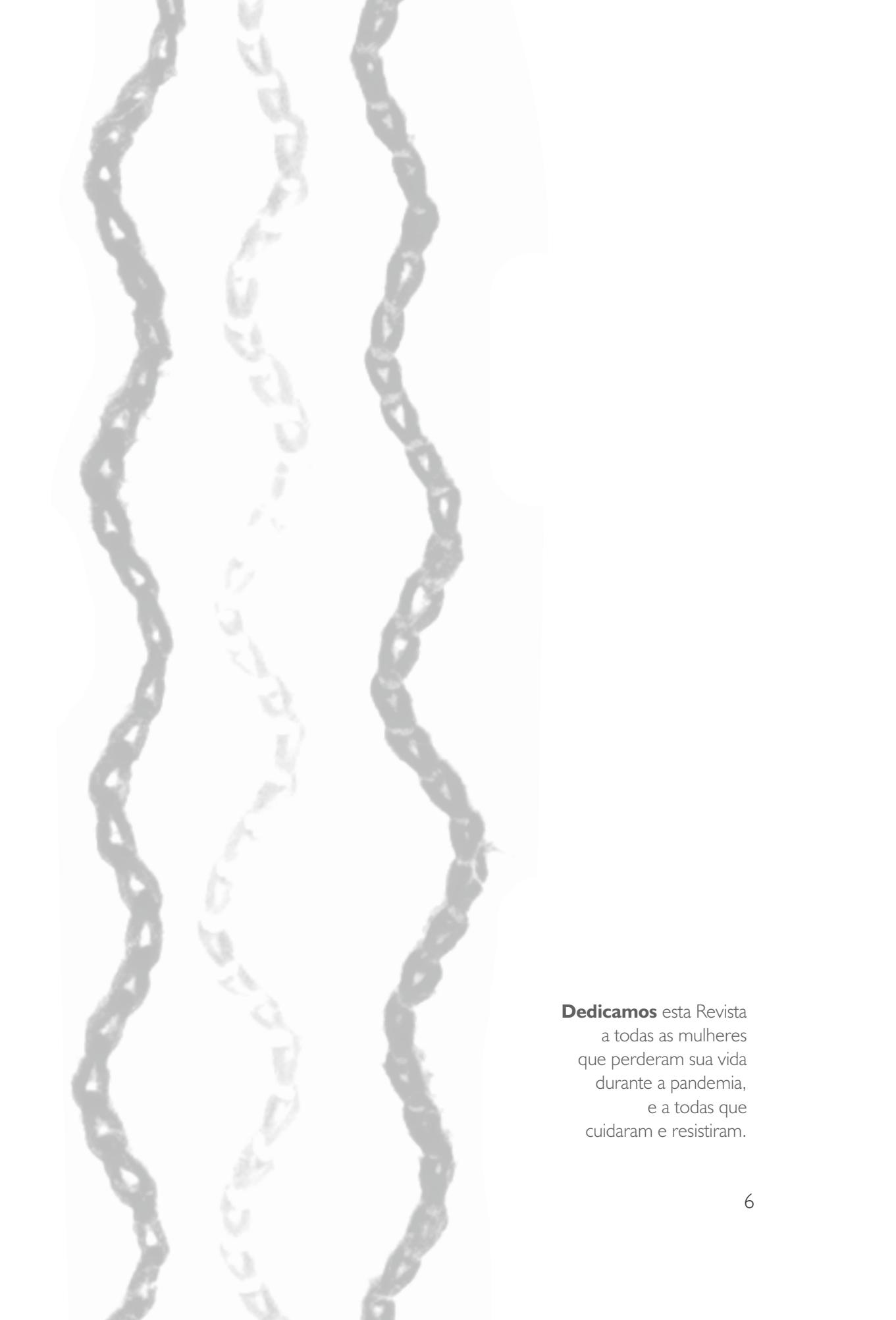
Suplente Virgínia Feix

 Licença Creative Commons | Atribuição CC BY 4.0.

 themis.org.br  themis.org.br  themis.org.br

S U M Á R I O

Apresentação Márcia Soares	7
Editorial Márcia Veiga da Silva	11
Artigos e Entrevistas	
Sobre trabalho e cuidado Silvia Federeci	16
Depoimento Cleide Silva Pereira Pinto Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Nova Iguaçu e Diretora da Fenatrad	28
Entrevista com Jéssica Miranda Pinheiro Coordenadora da Área de Trabalho Doméstico Remunerado da Themis	38
Mulheres em tempos de crise: Promotoras Legais Populares na pandemia de Covid-19 no Brasil Fabiana Cristina Severi	48
Depoimento Malvina Beatris Souza Promotora Legal Popular de Porto Alegre	62
Entrevista com Renata Teixeira Jardim	75
Justiça de gênero durante e além da crise da COVID-19. Respostas institucionais à violência de gênero e o papel dos grupos de empoderamento legal na América Latina Izabel Belloc	88



Dedicamos esta Revista
a todas as mulheres
que perderam sua vida
durante a pandemia,
e a todas que
cuidaram e resistiram.

Em março de 2023 a Themis completou 30 anos. Nascida em 1993, a partir da redemocratização do Brasil nos anos 80, e da internacionalização das lutas feministas, a Themis se constrói a partir de relações de solidariedade entre diversos perfis de mulheres – líderes comunitárias, trabalhadoras domésticas, advogadas, professoras, pesquisadoras, agentes de saúde e operadoras no sistema de justiça. Nessa interconexão de experiências se produziram potentes aprendizagens sobre direitos das mulheres e acesso à justiça, que levaram à construção de programas emblemáticos como as Promotoras Legais Populares (PLPs) no Brasil.

Esta edição da **Revista Themis – Número 4** mostra como – em um momento histórico de profunda crise sanitária e política – a Themis reage em cooperação com a rede de PLPs e lideranças de sindicatos de trabalhadoras domésticas de todo o país. A Revista é uma imersão e reflexão destes tempos pandêmicos que atravessamos nos últimos anos, desde março de 2020. A pandemia de Covid-19, maior crise sanitária de nossa geração foi agravada, no Brasil e no mundo, pela amplificação das desigualdades marcadas por outras epidemias que já assolavam a humanidade - como a fome, o desemprego, a violência contra as mulheres – e que recrudesceram nesse período. Assim, as questões de gênero emergiram como decorrência da falta de priorização das estratégias de cuidado com a vida das mulheres por parte dos Estados.

A partir do conceito de ética feminista do cuidado, mostramos como essa crise se revelou para as mulheres, e como organizamos a resistência e reação. Vimos de forma efetiva, aqui e no mundo, um aumento de pelo menos 22% a 30% nos casos de violência de gênero, e mostramos na pesquisa realizada em conjunto com o NAMATI – Rede Global de

Empoderamento Legal, que envolveu 16 países na América Latina, África, Ásia e Leste Europeu, o papel das Paralegais na atuação e defesa da vida das mulheres num momento em que os Estados simplesmente fecharam as portas.

No Brasil, a Justiça e os serviços de atenção passaram a operar de forma virtual, sem considerar a necessidade de ancorar as mulheres num momento de crise. As políticas de atenção a mulheres em situação de violência não foram inicialmente contempladas como políticas essenciais e por isso não se mantiveram abertas. Com a transposição dos serviços do espaço presencial para o virtual, um outro problema se evidenciou: a dificuldade de acesso ao ambiente digital. Muitas mulheres só têm um celular básico e aproximadamente 90% da população brasileira não tem acesso à rede wi-fi em casa; as pessoas acessam internet de casa desde seus celulares e acessam a rede wi-fi no trabalho. O wi-fi no Brasil ainda é para uma classe privilegiada. As dificuldades de acesso ao universo virtual, portanto, foram mais um desafio para acesso à justiça.

Em paralelo, e de forma estrutural, assistiu-se um rearranjo na economia do cuidado, questão profundamente evidenciada também na pandemia. Grande parte da população entrou em regime de isolamento social, o que exigiu a reorganização das tarefas domésticas, e as atividades de cuidado com crianças, doentes ou idosos, ou de lavar, cozinhar etc. Este rearranjo foi visibilizado a partir das questões envolvendo as trabalhadoras domésticas remuneradas, a maior categoria de empregabilidade das mulheres brasileiras. Por isso, e também por outros motivos, é a categoria que sustenta a autonomia financeira das mulheres. Seja porque é a

categoria que mais emprega, com cerca de seis milhões de trabalhadoras, seja porque é a categoria que dá condições para outras mulheres entrarem no mercado de trabalho. Durante a pandemia, um milhão e meio de postos de trabalho domésticos foram perdidos e houve uma incidência enorme de trabalho forçado.

Mais uma vez, nos sentimos impelidas pelas circunstâncias a agir em defesa da garantia dos direitos e da vida das trabalhadoras domésticas.

Atuamos em conjunto com a Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) promovendo campanhas, como a campanha “Essenciais São Nossos Direitos”, ações informativas, de capacitação, articulação e diálogo junto às trabalhadoras domésticas, descritas nas páginas que seguem e compõem o corpo desta revista.

Em meio a tudo isso, as organizações da sociedade civil, como a Themis, além de terem um aumento enorme na demanda, veem surgir casos com outro perfil. São casos de pessoas absolutamente empobrecidas. A Themis abriu um programa de ajuda humanitária que era para ser muito pontual, justamente naquele período mais agudo da pandemia, só que isso vem se estendendo. Como auxílio humanitário estamos falando de comida, cesta básica, e conectividade. Inclusive as trabalhadoras domésticas precisavam dessa conectividade para buscar trabalho e informações sobre a pandemia. Para todas as mulheres que atendíamos, precisávamos dar a cesta básica e manter a recarga do celular para que pudesse pedir ajuda, falar com a mãe, ou para a trabalhadora doméstica falar com a família em casa ou mesmo para buscar trabalho, pedir ajuda.

Atravessamos esses, entre outros tantos desafios desse período, tomadas por uma coragem ainda maior, que se sobrepôs às dificuldades, dores e limites. Nos reinventamos em tempo recorde, fechamos as portas físicas da instituição, mas abrimos muitas frentes de trabalho e cuidado, no Brasil e no mundo. Sobre vivemos porque nos constituímos juntas, agindo de forma coletiva, solidária e imediata. Assim como desejamos registrar a enormidade de perdas, de pessoas, de direitos, que afetaram sobremaneira as mulheres, insufladas pela ausência do Estado, gostaríamos de igualmente de registrar a potência vital das ações coletivas que empreendemos juntas em meio ao caos.

Convidamos vocês a imergir nas páginas desta edição número 4 da Revista Themis, como testemunhas destes tempos em que a ética feminista do cuidado revelou-se, na prática, uma ação de resistência potente e exemplar nas ações ativistas de mulheres no Brasil e no mundo. Celebramos nossos 30 anos com uma experiência radical de reinvenção marcada por este momento e lugar, o Brasil e a América Latina, onde o feminismo mostrou sua vitalidade e força para mudar o mundo, sempre que for preciso.

Boa leitura!

Márcia Soares
Diretora Executiva

A Revista Themis número 4 é uma ação de resistência e colaboração que compartilhamos como registro deste momento histórico. Produzir essa edição foi um desafio e urgência. Um desafio, porque este segue sendo um período de luto e luta, ainda marcado pela violência, pela fome e pelas perdas de direitos, mas também por importantes conquistas realizadas. Uma urgência, porque precisamos cada vez mais construir e compartilhar experiências coletivas tecendo estratégias protetivas para as mulheres. Refletir sobre as experiências que tivemos ao longo dos últimos anos mostrou o quanto a ética feminista do cuidado foi norteadora de nossas práticas, inspiradora para as saídas que conseguimos encontrar, para a capacidade de nos reinventarmos, e fundamental para que pudéssemos atravessar todas as tormentas. Tomando a **Ética Feminista do Cuidado** como temática desta edição, apresentamos entrevistas e artigos, a partir de diferentes prismas das mulheres.

O diálogo entre teoria e prática aparece na fala proferida pela teórica e escritora italiana **Silvia Federici** às trabalhadoras domésticas, na aula aberta virtual promovida pela Themis e pela Fenatrad em julho de 2021, quando ela apresentou as bases do seu pensamento, que há mais de quatro décadas tem contribuído para o reconhecimento do trabalho doméstico como alicerce para a manutenção da vida, central no trabalho do cuidado, e respondeu às perguntas das trabalhadoras domésticas e demais presentes no evento.

O depoimento de **Cleide Silva Pereira Pinto**, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Nova Iguaçu/RJ e da Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) apresenta, através da narrativa das experiências singulares de sua vida, pessoal e política, os desafios e as

estratégias vivenciadas pela categoria durante a pandemia. Cleide nos fala o mesmo que Silvia Federeci: “Nosso trabalho é essencial. É essencial para a economia, é essencial para tudo, porque se não tem uma trabalhadora dentro de casa, ninguém vai conseguir sair para trabalhar.”

A entrevista com **Jéssica Miranda Pinheiro**, coordenadora da Área de Trabalho Doméstico Remunerado da Themis, nos dá a dimensão dos desafios enfrentados, as saídas encontradas, os projetos desenvolvidos, as parcerias e os próximos passos. Jéssica também reforça a empatia como elemento fundamental da ética do cuidado: “Acho que esse período foi muito importante para que a gente estreitasse laços, foi um período de muita dificuldade, muita dor, muito sofrimento, mas também a partir desse movimento, teve muita empatia. A ética do cuidado também é sobre isso, sobre ter empatia e estar umas com as outras”.

No artigo *Mulheres em tempos de crise: Promotoras Legais Populares na pandemia de Covid-19 no Brasil*, **Fabiana Cristina Severi** apresenta alguns resultados da pesquisa, realizada junto a Promotoras Legais Populares (PLPs), cujo objetivo central foi o de conhecer as principais estratégias de atuação das PLPs no apoio às mulheres em situação de violência doméstica durante a pandemia, bem como analisar sua percepção dos serviços públicos de enfrentamento à violência doméstica durante a pandemia da Covid-19.

O depoimento de **Malvina Beatris Souza**, Promotora Legal Popular (PLP) da região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, traz uma visão do que foi experienciar a pandemia em uma comunidade periférica, tendo como linha de frente as mulheres. Bia nos conta sobre os desafios que ela, como

moradora, como PLP e como Conselheira Tutelar, enfrentou diante do crescimento da fome, do desemprego, do fechamento dos serviços públicos de atendimento e do aumento da violência, que acometeu principalmente às mulheres, bem como a tragédia vivenciada com a morte da PLP Jane Beatriz da Silva Nunes, morta na porta de sua casa durante ação ilegal da Brigada Militar no dia 8 de dezembro de 2020.

Na entrevista com **Renata Teixeira Jardim**, da Área de Violências da Themis, é possível conhecer as atividades desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19, período marcado pelo aumento da violação de diferentes direitos das mulheres. As ações de *advocacy*, e junto às PLPs e às mulheres em situação de violência, as adversidades e as inovações criadas no processo de readequação em função do isolamento social são apresentadas em seu depoimento.

Finalmente, o artigo de **Izabel Belloc** apresenta um recorte do relatório da pesquisa *Justiça de gênero durante e além da crise da COVID-19: Respostas institucionais à VBG e o papel dos grupos de empoderamento legal*, realizada pela Themis e pela Rede NAMATI. A pesquisa “examina as respostas institucionais e da sociedade civil à violência baseada em gênero durante a pandemia, em particular à violência doméstica e à violência por parceiro íntimo, e investiga o papel dos grupos de empoderamento legal para preencher as lacunas na justiça, reduzir a violência, melhorar a prestação de serviços e exigir responsabilidade. O estudo recolheu e analisou dados e informações de 19 organizações de base e suas experiências de empoderamento legal na linha de frente para abordar a

violência baseada em gênero, em contexto de pandemia de COVID-19, em 4 regiões: América Latina e Caribe, África Subsaariana, Ásia e Leste Europeu”.

Nesse tempo histórico, ações solidárias, criativas e pulsantes de vida, baseadas numa ética feminista do cuidado que se expressa na prática cotidiana das mulheres, grupos e entidades ativistas, organizadas em diferentes lugares do país e do globo, é mostra de singular resistência.

Esperamos com esses depoimentos documentar uma memória, contar partes importantes da história que é feita por mulheres cujas atitudes e práticas colaborativas nos ensinam como seguir (sobre)vivendo, (re)existindo e (nos) cuidando. Esperamos também formar novos elos através da leitura, ampliando nossas redes através das trocas de experiências, solidariedade e ação.

Márcia Veiga da Silva
Jornalista, Integrante do Conselho Diretor da Themis

ARTIGOS ENTREVISTAS DEPOIMENTOS

Cuidado

SOBRE TRABALHO E CUIDADO

“sin nosotras no se mueve el mundo”

Silvia Federici¹

Boa noite.

Vou iniciar falando um pouco da minha vida, me chamam de professora e, realmente, eu fui professora durante muito tempo, uma vida toda. Mas principalmente nos últimos períodos atuei, não como trabalhadora doméstica, mas passei anos cuidando da minha mãe, com a ajuda de minha irmã e de outras mulheres, e conheço muito bem o significado de trabalhar todos os dias, durante anos, com uma pessoa doente. Hoje, boa parte de minha jornada é dedicada ao trabalho doméstico porque meu companheiro está bastante doente. Então eu poderia falar durante muito tempo de todas as tarefas que compõem o trabalho doméstico, e por isso estou completamente de acordo que não é possível separar o trabalho do cuidado, do trabalho geral, e sempre me senti um pouco mal com relação a isso: separar o conceito do trabalho do conceito de cuidado.

¹ Silvia Federici é filósofa, professora e feminista autonomista italiana radicada nos Estados Unidos. Ela foi nos anos 1970 uma das pioneiras nas campanhas que reivindicavam salário para o trabalho doméstico, e tem publicado extensivamente sobre ética do cuidado. Transcrição da aula aberta do dia 29 de julho de 2021.

Já são mais de 40 anos que trato desse tema do trabalho doméstico, do trabalho de reprodução. Nos últimos dez anos, mais ou menos, senti um grande entusiasmo ao conhecer e saber da luta das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas, porque a luta se desenvolveu de forma global. Desde sempre, desde o meu primeiro ativismo no movimento feminista, o tema do trabalho doméstico, o trabalho do lar, foi central para meu pensamento, meu ativismo e meu envolvimento na luta das mulheres.

Junto a outras companheiras, nós começamos a fazer uma análise sobre o que é esse trabalho, do que se trata e por que ele foi sempre desvalorizado, invisibilizado e esquecido – inclusive pela esquerda e por todos os movimentos que se dizem revolucionários. Movimentos esses que sempre olharam para as pessoas que fazem o trabalho doméstico não como sujeitos políticos, não da mesma maneira com que olhavam para os operários ou os trabalhadores das fábricas. E nós percebemos que, na verdade, esse trabalho que tem sido tão desprezado e tão esquecido, é um dos trabalhos mais importantes nesta sociedade, porque é o trabalho que sustenta a cada dia a nossa vida. Ele é também o trabalho que sustenta toda a organização econômica, que sustenta todas as atividades profissionais. Ou seja, que garante a capacidade de realização de outros trabalhos. Entendemos então que a organização do trabalho é muito mais ampla do que nós consideramos comumente. Em geral, nós vemos apenas a produção de bens de consumo como trabalho, e não se vê que as pessoas, para produzir, precisam ter a capacidade de trabalhar.

Depois que repensamos o trabalho doméstico, nós definimos o trabalho do lar como aquilo que produz a nossa capacidade de trabalhar. Portanto, ele produz a nossa vida de cada dia e também a vida de cada geração. Isso, para nós, foi

extremamente importante não apenas porque nos fez compreender as bases materiais da discriminação das mulheres, o motivo que faz com que as mulheres, nessa sociedade capitalista, sejam tão discriminadas e tenham sido confinados a um trabalho que não é reconhecido, a um trabalho que é desvalorizado e que é invisibilizado. E até parece que seria uma coisa “natural”, uma coisa “normal”, algo que é “das mulheres”, então isso não é visto. Não se vê que esse é um trabalho que produz riqueza social, não se vê que as trabalhadoras domésticas que realizam esse trabalho de forma remunerada são as que sustentam todas as outras atividades na sociedade.

Por isso nós nos perguntamos por que esse trabalho, que é tão importante, tem sido tão desvalorizado, tão esquecido, e a resposta ficou muito clara: porque se esse trabalho fosse valorizado, os patrões, os empregadores, as empresas, as corporações, os capitalistas não poderiam acumular tanta riqueza. Porque se fosse um trabalho reconhecido, que nos dá direitos a benefícios e uma remuneração digna e decente, não seria possível, por parte dos empregadores ou por parte daqueles que acumulam tantas riquezas, que eles continuassem a acumular o seu lucro.

A partir disso, nos anos 1970, começamos uma campanha pelo salário para o trabalho doméstico com o objetivo de mostrar o que era esse trabalho. Nessa época compreendemos que uma das principais razões das dificuldades enfrentadas é que, quando as mulheres saem de casa para trabalhar de forma remunerada, é sempre uma miséria. É sempre muito difícil conseguir um emprego, um trabalho que permita alguma autonomia. Existe uma relação muito direta entre o fato de que milhões de mulheres realizem esse trabalho, e que esse trabalho seja tão pouco reconhecido. E mesmo quando ele é feito de forma remunerada é tratado como se não fosse um trabalho de verdade.

Por exemplo, nos Estados Unidos, somente depois do ano 2000 alguns estados começaram a reconhecer formalmente que as trabalhadoras domésticas remuneradas são trabalhadoras. Em todas as leis trabalhistas, a partir dos anos 1930, em nenhum momento o trabalho doméstico remunerado era reconhecido como um trabalho. As trabalhadoras domésticas eram sempre definidas como uma companhia, como uma ajuda, não como uma trabalhadora. Em muitos casos, apesar da luta que começou lá nos anos 1930, os estados rejeitaram esse reconhecimento e a mudança começou de verdade só nos anos 1990.

Foi também durante os anos 1990, com a reestruturação da economia global na Europa, nos Estados Unidos e em grande parte do mundo, que muitas mulheres entraram no trabalho assalariado, principalmente no setor de serviços. Nós vimos, naquele momento, a importância do trabalho doméstico porque vimos que a entrada de muitas mulheres em trabalhos assalariados criou uma crise de cuidado imensa. E a resposta dos governos para essa crise foi abrir as portas para a imigração de mulheres da África, da América Latina e da Ásia. Mulheres que chegavam à Europa, e também aos Estados Unidos, para substituir outras mulheres que agora estavam trabalhando fora de casa.

Isso nos mostrou que o trabalho doméstico é tão importante que não pode ser esquecido, não pode ser reduzido, não pode ser abandonado. Quando nós falamos que as mulheres saíram, e que agora elas trabalham em diversos lugares, a primeira coisa a se destacar é que a emancipação através do trabalho assalariado é uma grande ilusão. Especialmente porque os trabalhos que as mulheres conseguiram nesses anos pagavam miseravelmente, eram trabalhos totalmente precarizados e não lhes davam grande autonomia.

Nesse momento, nós vimos que havia uma crise, e que essa crise teve uma resposta com o emprego de mulheres que foram obrigadas a deixar seus países, suas famílias, e também outras mulheres. Então vimos uma nova reestruturação global do trabalho de reprodução, uma reestruturação do trabalho doméstico a nível internacional. Por esse motivo, a grande maioria do trabalho doméstico que hoje é feito, por exemplo, nos Estados Unidos, na Europa, ou nos países do Oriente Médio, é feito por mulheres migrantes que vêm de outros países. Isso acontece em situações muito difíceis, porque elas chegam de outros países e encontram grande violência, especialmente quando trabalham em casas de família. Essas famílias muitas vezes roubam o passaporte das mulheres, usam o fato delas serem migrantes e, por causa disso, frágeis, por não terem autorização de trabalho ou utilizarem documentos ilegais, e se aproveitam disso para não pagar, para abusar e obrigá-las a que desempenhem horas de trabalho sem fim. Ou seja, não há um horário limitado de trabalho, e muitas vezes, quando elas moram na casa onde trabalham, não podem fechar a porta a qualquer hora da jornada. Não podem deixar de trabalhar, o trabalho nunca tem fim.

Para muitas, é uma conquista quando um dia por semana elas podem ter folga e conseguem sair da casa. Além de todos os abusos sexuais por parte dos homens da casa, dos filhos, dos maridos, porque sabem que essas mulheres são vulneráveis, que entraram ilegalmente no país e que se fizerem uma denúncia, elas vão perder o visto, vão ter retirado delas o direito de trabalhar e não poderão mandar dinheiro para a família nos países de onde elas vieram. Então se trata de uma situação terrível, essas mulheres enfrentaram muitas dificuldades e por causa disso, elas começaram a se organizar coletivamente em vários países.

Eu moro nos Estados Unidos, mas venho da Itália e posso dizer que na Itália todo o cuidado, todo o trabalho de cuidadores de idosos e de outras pessoas, é feito por imigrantes. Eu moro perto de um parque, onde vou caminhar com meu

companheiro que precisa andar, e sempre encontro mulheres cuidando de crianças, e são mulheres imigrantes que fazem esse trabalho. Mas essas mulheres começaram a se organizar de uma maneira muito importante. Nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres unidas na Aliança Nacional de Empregadas Domésticas (National Domestic Workers Alliance - NDWA), na Espanha, no México, em vários lugares elas começaram a se organizar e esse foi um movimento muito importante que cresceu ao longo dos anos, e mudou muitas coisas.

Essa luta precisa crescer muito mais, mas esse movimento foi fundamental porque a luta das trabalhadoras domésticas, e das domésticas migrantes, recolocou na mesa a questão do trabalho doméstico e do trabalho de reprodução, e sua desvalorização. Essa temática era o ponto central do movimento feminista dos anos 1970, e nos anos posteriores a maior parte dos movimentos feministas se dedicou a lutar para que as mulheres pudessem entrar nos lugares de trabalho que eram dominados tradicionalmente pelos homens, e trata-se de uma luta legítima. Mas com o tempo, cada vez mais os movimentos feministas, e eu me refiro aos Estados Unidos e também a outros lugares, esqueceu-se da problemática do trabalho doméstico. A única temática era o aborto, etc., mas a temática do trabalho doméstico foi meio que abandonada, e foi a luta das trabalhadoras domésticas migrantes que colocou a questão do trabalho doméstico no centro da luta das mulheres. Essa luta revelou também a importância fundamental deste trabalho na manutenção da nossa vida e na continuidade e o desenvolvimento do sistema econômico e social.

O slogan das mulheres do Território Doméstico, na Espanha, é “*sin nosotras no se mueve el mundo*” (sem nós não se move o mundo) o que é uma grande realidade por lá. Seja nos lugares públicos, ou dentro das casas de família, é o trabalho doméstico que permite a cada dia que a vida continue e que a produção da riqueza social aconteça. Essa é outra razão pela qual a luta das trabalhadoras

domésticas foi e é tão importante, porque esta luta demonstrou a continuidade da luta das mulheres contra a desvalorização do seu trabalho, e a luta contra o racismo e o imperialismo.

A luta das mulheres trabalhadoras domésticas que chegam em sua maioria da Ásia, da África e da América Latina, mostrou todo o racismo sistemático, que é institucionalizado em tantos países, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Não é uma coincidência que a maioria das trabalhadoras domésticas imigrantes são mulheres negras que chegam a partir de uma história de colonização e de escravidão. É importante compreender que a relação colonial continua ainda hoje, mas de uma maneira nova e mais mistificada. Por que tantas mulheres negras deixam o seu povoado, e a sua cidade, o seu país, para trabalhar como trabalhadora doméstica com todas as dificuldades que estão passando? O que significa mudar de país, ir para um país onde muitas vezes não se fala a língua, não se conhece a cultura, onde não haverá proteção ou pessoas que te conhecem, onde se tornarão vulneráveis diante de qualquer abuso? Elas migram porque o colonialismo continua. Não o colonialismo mais formal dos países europeus que chegavam com seu exército. Hoje se trata do colonialismo financeiro do FMI, do Banco Mundial, das corporações do agrobusiness, da mineração, das empresas de petróleo, dos que chegam e nos impõem os programas de austeridade, de pobreza para a maioria da população e dos que criam dívidas nacionais e individuais.

Portanto a migração não é uma migração espontânea ou voluntária. Logicamente a migração é sempre uma luta, mas é uma luta obrigada, ou seja, essa luta representa para muitas mulheres a possibilidade de garantir o sustento da

família. Então estas mulheres criaram uma organização que cada vez mais está conectada, e é cada vez mais internacional. Existe hoje uma Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas, um dos novos fenômenos mais importantes dentro do contexto da luta feminista. E não somente da luta feminista, porque aborda e atinge tantas temáticas do imperialismo e do colonialismo como a luta contra o racismo, aborda todas essas questões.

Li muito sobre a luta das trabalhadoras domésticas no Brasil, e vi que existe a mesma dinâmica, que se desenvolveu, por exemplo, na Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), que se expandiu no final dos anos 1990. Apenas em 2011 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu o trabalho doméstico como uma forma de trabalho e isso nos faz refletir sobre como foi desvalorizado esse trabalho. Porque é um trabalho sem fim, muito pesado e com tantas tarefas, com tantas formas de conhecimento e com tanta demanda, tanto esforço que as mulheres fazem e somente a partir de 2011 a OIT o reconheceu como trabalho, reconheceu que as trabalhadoras têm direitos, têm direito a benefícios, que têm direito a um contrato formal.

Esse foi um momento importante, e apesar de ser um reconhecimento formal, nem todos os países reconheceram, isso é interessante. Mas vários países incorporaram na legislação nacional e depois de 2013 veio a Convenção 189 da OIT, quando muitos países se juntaram a organizações e redes, isso foi importante e impactou também o movimento feminista. Não é por acaso que nos anos 1980 as organizações passaram a colocar a problemática do cuidado no centro de seu ativismo. Esse é o resultado direto da luta das trabalhadoras domésticas e das organizações.

A tarefa principal é colocar a vida no centro. Ou seja, valorizar o trabalho doméstico significa lutar para que esse trabalho seja reconhecido em todos seus efeitos, por todos os governos. Lutar para que coloquem mais recursos para esse trabalho. Parece-me que estamos em um momento importante: por um lado, foi uma vitória esse reconhecimento formal, mas, por outro lado, a luta começa agora, porque o reconhecimento formal não é suficiente quando muitas mulheres se encontram isoladas em casas de famílias. Então é importante pensar o que mais devemos fazer para que o que está escrito formalmente seja aplicado na prática. Em segundo lugar, garantir que não somente o que está na lei se aplique na realidade. É preciso que a luta pela valorização do trabalho doméstico seja ao mesmo tempo uma luta que transforme o sistema social, que reconheça que uma mudança só pode ser conquistada através de uma mudança do sistema social, porque um sistema que não reconhece, que desvaloriza as atividades mais importantes para a vida das pessoas é um sistema que se baseia em uma lógica perversa. Nós precisamos inverter a lógica, ou seja, para ter uma sociedade digna onde se possa viver dignamente, precisamos transformar a produção da riqueza e todo o resto para o bem-estar das pessoas, e não para a produção do lucro, como é feito hoje em dia no mundo inteiro.

O que fazer? Bom, há muitas experiências para esta rede, como criar centros no nível comunitário que poderiam apoiar a luta das mulheres quando elas estão isoladas ou se encontram em uma relação individual. Dessa forma, criar uma rede de apoio para que elas não estejam isoladas, e para que a sua luta tenha uma espécie de ressonância na comunidade. Como exemplo, em vários casos nós vimos organizações comunitárias que se juntaram para apoiar os protestos e lutas contra a violência, para expandir os direitos, e isso é fundamental.

As trabalhadoras experimentaram diversas formas de organização, seja se associando a sindicatos ou outras entidades, e muitas vezes criando formas autônomas de organização. Elas criaram formas autônomas porque existem muitas mulheres trabalhadoras domésticas que não queriam deixar as suas decisões nas mãos de sindicatos, que muitas vezes eram dominados por homens, que não tinham uma consciência, um conhecimento real das necessidades dessas mulheres. Também elaboraram formas novas de organização, porque não é fácil que as trabalhadoras se encontrem quando vivem isoladas nas casas de algumas famílias.

Hoje existem redes muito fortes, e eu falo principalmente nos Estados Unidos. Falo de redes de mulheres migrantes da Índia, das Filipinas, que se organizam para defender o direito a um horário definido, direito a férias, direito ao descanso, à aposentadoria, aos benefícios de saúde, etc. Para que tudo isso se torne realidade.

No fim, o que quero propor é que há esperança. Essas formas de organização são muito importantes. Hoje, entre as trabalhadoras domésticas no nível global, existe uma necessidade de organização que é muito grande e muito forte. Nós já falávamos disso há mais de 30 anos, e é importante que essa organização seja também de mulheres imigrantes, porque existe uma nova geração de mulheres que chegam aos Estados Unidos, que chegam à Europa.

Eu ainda acredito que a mudança mais estrategicamente importante que devemos conseguir, e pela qual devemos lutar, é a criação de um movimento de mulheres forte, que possa reunir todas as mulheres que fazem esse trabalho de forma remunerada, e as mulheres que fazem isso sem remuneração, dentro de suas próprias casas. Esse é um movimento de mulheres que se juntam porque elas

têm os mesmos interesses e podem enfrentar o Estado. Agora, é claro que eu não estou falando de mulheres que se identifiquem com os exploradores desta sociedade. Eu não acredito que todas as mulheres estejam interessadas em lutar pelo bem comum, mas a maioria das mulheres têm os mesmos problemas. Então eu acho que uma virada importante seria essa capacidade de se juntar e pensar que nós conseguimos resolver a problemática do trabalho doméstico, não com a concorrência entre as mulheres, e sim obrigando o Estado a criar e dedicar recursos.

Isso significa ter a capacidade de mudar as políticas de Estado, e fazer com que o Estado reconheça a importância estratégica e vital desse trabalho, que reconheça quanta riqueza social as mulheres produziram, e também que devolva parte dessa riqueza social a esse suporte do trabalho de reprodução da vida. Hoje, grande parte da riqueza social em qualquer Estado é utilizada para destruir a vida, é utilizada nas prisões, é utilizada pela polícia, é usada na guerra, é usada na destruição do meio ambiente. Eu acredito que o grande desafio, que a grande tarefa da luta das mulheres – e não apenas das mulheres, eu entendo esse conceito de mulheres em um sentido muito amplo – é de imediatamente fazer com que os direitos trabalhistas, que não constam em muitíssimos lugares como lei, que eles

sejam reconhecidos, sejam postos em prática. Isto é, que imediatamente os direitos das trabalhadoras domésticas sejam reconhecidos, que seu trabalho seja bem remunerado, e que ela tenha todos os direitos.

Ir para o futuro como uma estratégia, como uma espécie de visão para uma marcha unida das mulheres, que é uma luta conjunta que na verdade modifica a relação entre as mulheres, a reprodução social e o Estado. Que muda a posição social do trabalho do lar, do trabalho doméstico, como ele é vivido, como é organizado pelo Estado. Porque foi construída uma grande riqueza sobre os corpos, esforços e vidas das mulheres. E agora chegou o momento das mulheres apresentarem a conta. Hoje a situação das mulheres trabalhadoras domésticas nos mostra toda a injustiça dessa sociedade. São as mulheres que movem o mundo, são as mulheres que fazem o mundo girar, e elas ainda precisam lutar para ter seus direitos mínimos reconhecidos. Ainda trabalham sem nenhuma garantia para o futuro, tudo isso precisa mudar. Portanto, eu acredito nessa visão de um movimento de mulheres que reconhece um interesse comum, e que enfrenta o Estado para mudar não apenas a nossa condição, mas a própria sociedade. Essa é, no fim das contas, a luta, o esforço no qual todas nós devemos nos envolver.



Cleide Silva Pereira Pinto

PRESIDENTA DO SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE NOVA IGUAÇU/RJ
DIRETORA DA FENATRAD

Meu nome é Cleide Silva Pereira Pinto, e estou presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, e sou diretora da Fenatrad². Sou neta e filha de trabalhadora doméstica, e de dirigente sindical. Eu praticamente fui criada dentro do sindicato. Por conta da minha rebeldia, minha mãe me botou para trabalhar em casa de família. Não que fosse vontade dela, mas era para me livrar da rua, porque eu era uma adolescente muito rebelde, não queria saber de estudar. Em vez de ir para a escola, eu ia para o shopping passear com as amigas, uma turminha sem juízo. E aí minha mãe falou: “já que você não quer

² Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

estudar, vou te botar para trabalhar”. Ela tinha uma patroa que estava precisando de uma babá para os netos. Então fui trabalhar na casa desse filho da patroa da minha mãe. Minha mãe me levava na segunda-feira e me pegava no sábado. Na época a gente não frisava muito o trabalho infantil, aí passou despercebido, mesmo sendo sindicalista. O negócio dela era me livrar da rua, então ela estava pensando em fazer o bem. Eu tinha uns 13 anos na época, era uma criança cuidando de duas. Mas a mãe deles não trabalhava, ficava na casa também. Então eu fui trabalhar lá. Eu ia, mas não queria ser doméstica. Até hoje eu vou para essa casa, porque agora sou diarista. Eu optei por ser diarista porque a gente não tem liberação do sindicato, aí não tem como trabalhar direto e ir ao sindicato também.

O padre da minha comunidade ficava o tempo inteiro dizendo assim: “vai ajudar sua mãe”. Porque foi ele quem levou mamãe para o sindicato, e estava tentando fazer a mesma coisa comigo. Minha mãe, quando trabalhava em casa de família, antes de fazer parte do sindicato, ela dizia que trabalhava na Globo³, porque a casa onde ela trabalhava era do lado da Globo, no Jardim Botânico. Quer dizer, ela tinha vergonha, como todas as trabalhadoras domésticas desinformadas, porque o trabalho doméstico também é um trabalho digno como outro qualquer. Então eu também dizia não, “não quero saber de ser igual à minha mãe”, e o padre insistindo. Na época, de vez em quando, eu vinha ao sindicato, e a Francisca, que era presidente, um dia falou assim: “Cleide, entra na direção, só para completar o quadro, só para a gente não ficar sem diretoria. Porque se não se renova, o sindicato para. Só pra ajudar”. Com uns dois meses na direção, ela me botou na tesouraria, eu sem entender nada. Isso acontece, a gente normalmente aprende as coisas na marra, porque não tem jeito, a necessidade faz a gente aprender. Eu tinha uns 20 anos na época. A Francisca me disse: “vou te levar para um curso da escola

³ A Rede Globo é um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil.

da CUT. Você vai ficar lá uns quatro dias para ir acostumando". Fui para Belo Horizonte, sozinha, de ônibus. Chegando lá, logo de manhã começou o curso. E eu pensei que era um curso só para domésticas, mas não, era capacitação para tesoureiro-presidente de todas as categorias filiadas à CUT. Médicos, enfermeiro, etc. Tudo. E 90% dos sindicalistas são homens, né? Só as trabalhadoras domésticas que 90% somos mulheres. Todo mundo começou a se apresentar, e o meu desespero? Eu só com ensino fundamental incompleto, por causa da rebeldia. Começaram a falar, "meu nome é fulano de tal, sou do sindicato dos médicos, tenho faculdade de não sei o quê, faculdade de não sei o que lá, doutorado de não sei o quê", e eu comecei a ficar desesperada. E falavam bonito, frases que eu nunca tinha ouvido na minha vida, aí pensei "eu não vou falar nada, vou ficar quieta". Eles foram se apresentando, era tanta gente que teve intervalo para o café. Na época tinha orelhão, aí eu fui para o orelhão, liguei para a Francisca e falei: "olha só, eu vou me embora agora! O povo está falando umas palavras que eu não estou entendendo nada!". E ela: "calma, Cleide, calma. Ninguém vai te maltratar. A única coisa que você fala é 'eu estou aprendendo, vim aqui para aprender'. Você se apresenta e pronto, ninguém vai te maltratar". E, realmente, me trataram muito bem. Depois que todo mundo se apresentou, eu me apresentei. Como as trabalhadoras domésticas quase não participavam de cursos assim naquela época, vieram todos ao meu encontro perguntar sobre o sindicato, e eu falei: "ué, gente, eu pensei que não ia contribuir com nada". Quer dizer, da minha categoria eu entendia, por mais que eu não tivesse canudo, mas eu tinha a faculdade da vida. Depois, desse dia em diante, eu comecei a fazer cursos, a me entrosar, terminei o ensino fundamental, o ensino médio, e ainda fiz um técnico em contabilidade.

Nesse meio do caminho, tentei trocar de profissão, mas não me adaptei. Fui fazer estágio em escritório, não aguentei. Falei: quer saber, eu vou voltar pra onde eu

gosto mesmo. E comecei a aprender a valorizar minha categoria e mostrar para as outras trabalhadoras que o trabalho delas tem valor. Que nós temos valor, que nosso trabalho é essencial. “Essencial” não é só para nos explorar não, é essencial para o Brasil. É essencial para a economia, é essencial para tudo, porque se não tem uma trabalhadora dentro de casa, ninguém vai conseguir sair para trabalhar. E ainda colocam seu bem mais precioso em nossas mãos. A gente contribui com tudo, com a economia doméstica, com a economia do país. Em todos os seminários, em todos os cursos, em tudo que fazemos com as trabalhadoras, nós sempre dizemos: a primeira coisa é valorizar seu trabalho, você tem que dar valor. E isso tudo eu aprendi: a não ter vergonha da minha categoria, a passar para outras trabalhadoras que elas têm valor, que ninguém está fazendo favor dando emprego. Pelo contrário, é uma troca. O patrão tem o dinheiro e ela tem o trabalho. Se está contratando, é porque o trabalho dela é bom. Então, se valorize. Não troque seu trabalho por qualquer coisa, não ganhe qualquer dinheiro. Exija seu salário, procure sempre um trabalho de carteira assinada para garantir o seu futuro, para mais tarde você ter um descanso, porque você precisa de um descanso. Porque se você for diarista, e você não controla, você trabalha 24h por dia, todo dia, e, daqui um pouquinho, está toda ruim e não consegue parar. Isso tudo a gente esclarece às trabalhadoras para que elas se valorizem. Porque dentro da nossa categoria tem muito assédio moral, e o mais gritante é: “a gente te considera da família”. E, assim, explora, maltrata. Te coloca dentro da despensa, onde põe o material de limpeza. Um cubículo que você fica ali e dorme mal para acordar cedo no outro dia para trabalhar. Isso tudo é “você é quase da família”. A gente não quer ser da família de ninguém. Nós temos a nossa família, se é ruim, se é bom, o problema é nosso. Nós queremos equiparação de direitos, que nos valorizem, que respeitem nosso trabalho. Respeitem nossa categoria. É isso que a gente quer. Isso eu aprendi com a militância. Eu aprendi a me valorizar. Sempre falo para as trabalhadoras: a gente não tem o nariz empinado, porque, na sociedade, você só é valorizado quando

você é branco e tem o nariz empinado. Eu falo para elas: não tem problema não, levanta a cabeça e olha de frente que o nariz empina. E fala de igual para igual, você não é menor do que ninguém. Se você está ali é porque seu trabalho é bom, então valoriza. Se você se valorizar, as pessoas te valorizam. A gente sempre fala isso para as trabalhadoras. E assim é minha história. Agora entrei na Fenatrad e estou aqui envolvida com essa categoria maravilhosa que faz muito bem para a sociedade. Desvalorizada pela elite, mas a gente está aprendendo a se valorizar.

Sobre a pandemia de Covid 19

Assim que começou essa confusão de doença, a primeira coisa que meus filhos disseram foi “mãe, fica mais no sindicato”. Eu já havia diminuído meu trabalho por conta da crise na coluna. Eu parei de trabalhar de carteira assinada e decidi ser diarista, mas pagando minha autonomia. Tenho dois filhos, uma filha, Fernanda, de 37 anos e um filho, Leonardo, de 28. Meus filhos disseram assim: “mãe, você lutou tanto para nos criar”. Graças ao PROUNI⁴, os dois estão com canudo. Ajudei minha filha quando estava na faculdade, porque ela fez universidade privada, com bolsa, mas pagava a metade, e meu dinheiro como doméstica ia ali também. Agora já formados, trabalhando, eles falarão: “mãe, você diminui o trabalho e a gente te ajuda”. Eles fazem isso até hoje. Os dois estão com as vidas deles, com suas casinhas, com seus casamentos, mas, mesmo assim, ainda me ajudam até hoje para eu não me sacrificar tanto. Eu faço faxina, mas muito pouco. E pensei assim: se eu, que tenho dois filhos criados que me ajudam, estou preocupada com minha dificuldade, porque sou diarista, imagina as outras trabalhadoras? Como elas estão se virando?

⁴ Programa Universidade Para Todos do Governo Federal do Brasil

Foi aí que eu peguei um Uber e vim até o sindicato. Estava fechado, estava tudo fechado. Peguei as fichas das sócias, levei para casa e comecei a ligar para elas. Era cada relato que eu fiquei apavorada, fiquei desesperada. Uma trabalhadora estava vendendo as coisas dentro de casa para poder se alimentar. Então comecei a pedir ajuda e falei com a Fenatrad. As meninas, nos outros estados, estavam na mesma situação. Então começamos a movimentar as ONGs, os parceiros e parceiras que nós tínhamos. E com isso, fizemos essa grande campanha para poder arrecadar dinheiro, para distribuir cestas básicas. Isso aconteceu em todo Brasil, em todos os sindicatos filiados à Fenatrad. A Themis ajudou, todas as instituições que são parceiras da Fenatrad ajudaram. Distribuímos mais de 5 mil cestas em todo Brasil para as trabalhadoras. E dessa forma, amenizou-se um pouco a situação das trabalhadoras nessa época tão difícil. Logo no começo eu me instalei no sindicato. Para não ficar para lá e para cá, eu passei três meses morando no sindicato para ajudar as trabalhadoras. Eu costumo falar que foi difícil, mas se não fossem os sindicatos e a Fenatrad, eu acho que a vida das trabalhadoras seria ainda pior. Elas ainda estão precisando de ajuda. Algumas não estão conseguindo emprego e estão passando dificuldade. A gente ajuda no que pode, mas agora eu acho que está complicado para todo mundo.

Mas eu quero relatar também uma coisa positiva no meio dessa tragédia toda. Eu criei um grupo, até hoje são 106 trabalhadoras nesse grupo, e a gente conversa muito. Desse grupo, 11 trabalhadoras estão dentro do sindicato ajudando. Oito vão entrar na próxima direção, agora em novembro. Naquele período, eu comentava com elas que tive que me instalar no sindicato, que minha casa estava abandonada, mas que eu não queria ficar indo e voltando, e algumas falavam assim: “eu vou para aí, vou te ajudar”. E elas acostumaram a vir para o sindicato ajudar. Agora, elas estão aqui, já se preparando, fazendo cursos para assumir a direção. Eu digo que, no meio da tempestade, aquele solzinho, alguma coisa positiva

aconteceu. Elas descobriram que o único lugar com o qual elas poderiam contar, era o sindicato. O único lugar que deu apoio às trabalhadoras nesse momento tão difícil, foi o sindicato. Então aquela construção que patrões e outras pessoas estavam botando na cabeça delas, para destruir, acabar com os sindicatos, dizendo que o sindicato só servia para comer o dinheiro delas, foi se desconstruindo. Porque elas viram que só o sindicato estava ali dando apoio e não tinha outro lugar. Algumas delas, que moravam de aluguel, perderam suas casas. Quem não podia pagar o aluguel, e tinha parente, foi para a casa do parente. Mas e quem não tinha parente? Para onde foi? Está na rua, com certeza. Isso tudo mexe muito com a gente. Nos preocupamos com as trabalhadoras, nos colocamos no lugar delas e sabemos como é difícil. Você vive criando o filho dos outros, se relacionando com outras pessoas intimamente, porque é dentro de uma casa. Sabemos separar o profissionalismo do afeto, mas pega carinho, não adianta, não tem jeito. A gente se preocupa muito com o outro. Nesse tempo de doença foi gritante. Nos pegávamos chorando com a situação das trabalhadoras. Foi muito difícil. Aqui no Rio de Janeiro, a primeira pessoa a morrer de Covid foi uma trabalhadora doméstica, que pegou o vírus pelos patrões. Nós lutamos muito, a Fenatrad fez campanha, “Cuida de Quem te Cuida”, “Essenciais são Nossos Direitos”, junto com a Themis. Ficamos o tempo inteiro lutando para nossa categoria não surtar. Fizemos também umas rodas de conversa com psicólogas para ajudá-las. Procuramos sempre amenizar o sofrimento das trabalhadoras para que elas conseguissem pelo menos sobreviver a isso tudo.

Cuidar de quem cuida

Vou te falar, elas cuidaram de mim. Eu cuidando delas e elas cuidando de mim. Elas acharam incrível eu largar minha vida, porque eu larguei a minha vida. Pelo menos por três meses eu larguei a minha vida e vim para o sindicato. Acampei aqui mesmo. Teve até um momento que eu falei assim: gente, a minha casa deve estar dando bicho, porque eu não consigo chegar lá. A demanda era tanta, era tanta coisa, que eu não consegui ir para casa. Eu ficava aqui de segunda a segunda. Pede aqui, relata de lá, faz um projeto aqui, e eu não conseguia ir pra casa. Então duas trabalhadoras falaram assim: “nós vamos na sua casa te ajudar a limpar”. Três meses, a casa parada. Eu só ia lá, pegava roupa, e ia embora. Duas delas me ajudaram a limpar. Quer dizer, uma cuidando da outra, questão de cuidado mesmo. Uma cuidando da outra para poder não surtar. Os meus filhos ficaram apavorados. “Mãe, pelo amor de Deus, vai para casa”. “Mãe, não fica muito perto”. “Mãe, passa álcool”. “Mãe, bota máscara”. Mas eles sabiam que eu não ia ficar de braços cruzados dentro de casa, não tinha como. E quando as pessoas falavam, “perdi meu marido”, “meu filho está internado”. Nossa, aquilo doía dentro do coração, dava um desespero, e você sem poder fazer nada. Acho que a pior parte desta doença é o isolamento. E no começo, quando não tinha vacina, você não podia nem enterrar os seus. Você não podia nem cuidar no hospital. E você sabe que hospital público é questão de sorte. Entre dez, um plantão é bom. Um está ali dando valor ao seu trabalho e a vida, os outros, estão ali só para cumprir seu dia. Então você fica preocupada com essa situação. Eu ficava preocupada, achava que se eu pegasse Covid, sem vacina, eu não ia resistir, porque, além da coluna ruim, eu ainda tenho bronquite alérgica. E eu só ouvia falar que essa doença era pior para quem tinha problemas respiratórios.

FENATRAD, Sindicato e Parcerias

As parcerias foram mais com as ONGs, porque os sindicatos de outras categorias também estavam todos apertados. Nossos sindicatos se uniram através da Fenatrad e foi uma ajuda mútua, o que tinha para um, tinha para todos. O pouco que a gente tinha, que a Fenatrad arrecadava, a gente distribuía para todos. Algumas vezes até falavam, “ah, isso só dá para três sindicatos”, e a gente falava, “não, divide um pouquinho para cada um”. Nem que seja um pouquinho, mas todo mundo vai ter um pouquinho. Ninguém pode ficar de fora. A gente se preocupava muito com isso. Mas recebemos muita ajuda de ONGs, de parceiros, porque os sindicatos das outras categorias também estavam nesse desespero de conseguir alguma coisa. Todo mundo no mesmo barco.?

Nós temos um projeto, com Care⁵, que é administrado pela Themis. Nós remanejamos esse projeto, que tinha cursos presenciais, para cursos online, por causa dessa doença. Os cursos eram pelo WhatsApp, e foi um desafio para as trabalhadoras. No começo elas ligavam para gente e diziam “eu não sei, eu não vou conseguir”. E a gente dizia “você vai conseguir sim. A gente vai ajudar até você

⁵ Projeto “Mulheres, Dignidade e Trabalho” desenvolvido pela Themis em parceria com a Fenatrad, organizações de trabalhadoras domésticas do Equador, Brasil e Colômbia e CARE Internacional, com apoio da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

conseguir sozinha”. Pelo WhatsApp mesmo a gente dizia, “faz isso”, “faz aquilo”, “deu certo?”, “vamos fazer uma chamada de vídeo”. Quem souber ensina a outra. E, quando elas aprendiam, falavam assim, “eu consegui sozinha!”, e era uma alegria, a gente fazia uma festa. Aprenderam a mexer em uma coisa que elas sentiam muita dificuldade. Antes, elas só ligavam e desligavam o telefone. Outras, nem WhatsApp tinham. No dia de mexer no Zoom, diziam: “eu não vou saber mexer nisso não”, “eu não vou conseguir”, e a gente dizia: “vai conseguir sim, a gente vai ajudar”. Algumas tinham dificuldade porque era um celular que não tinha muita potência. A ligação caía, mas, mesmo assim, a gente mandava os programas, o que podia, o que dava. Algumas vezes eu falava “vem no sindicato, vocês leem aqui, vou imprimir”. E foi assim, nos ajudando umas às outras. Mais de 600 trabalhadoras conseguiram concluir o curso que foi dado pela Themis e pela Fenatrad.

A Fenatrad fez um Congresso, que acontece a cada quatro anos. No congresso a gente sempre convida a todos. Nós somos filiadas à FITH⁶ e a CONLACTRAHO⁷. Nós também chamamos os parceiros para participar do congresso. A Themis ajudou muito na parte de tecnologia. Foi maravilhoso o congresso. E foi online.

⁶ Federação Internacional dos Trabalhadores Domésticos (FITH)

⁷ Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar



Jéssica Miranda Pinheiro

ADVOGADA E
COORDENADORA DA ÁREA DE TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

P. Como foi a situação do trabalho doméstico remunerado durante a pandemia de Covid 19, a importância do cuidado e a falta de cuidado com as trabalhadoras?

R. O trabalho doméstico foi um dos setores mais afetados na pandemia, com uma perda de 1,5 milhão de postos de trabalho. Em 2019 a gente tinha, segundo dados do IBGE, mais de 6,3 milhões de trabalhadoras domésticas no país, 92% de mulheres, cerca de 68% mulheres negras, e esse número durante a pandemia caiu para 4,9

milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Estamos falando de uma categoria em situação de extrema vulnerabilidade, na qual mensalistas informais foram demitidas e não tinham reconhecimento em carteira para comprovar o vínculo trabalhista. Temos relatos de trabalhadoras domésticas que foram coagidas a ficarem na casa dos empregadores durante o período da quarentena, com aquela ideia de que, se elas saíssem e voltassem para casa, elas seriam vetor da contaminação, e por isso foram coagidas a ficar na casa dos empregadores durante dois, três meses, sem poder retornar para as suas casas.

A pandemia piorou ainda mais as condições às quais essas mulheres já estavam expostas antes, tanto em relação às desigualdades trabalhistas, quanto em desigualdades previdenciárias. Elas foram dispensadas sem remuneração, obrigadas a trabalhar em condições de risco de contaminação, seja pela obrigatoriedade da utilização do transporte coletivo em horários de *rush*, como também por trabalhar sem as condições de equipamento de proteção individual, sem máscara, sem luvas, sem álcool gel. Nós recebemos muitas denúncias de situações desse tipo através do Sindicato.

Os Sindicatos e a Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) tiveram um papel fundamental também de proteção e promoção dos direitos das trabalhadoras. Sabemos que boa parte da categoria é de diaristas, cerca de 44%, segundo dados do IPEA. Mensalistas são aquelas que trabalham três vezes ou mais durante a semana na mesma residência, já as diaristas são aquelas que trabalham até duas vezes por semana na mesma residência ou em outras residências. Logo no início da pandemia, a Themis, em conjunto com a Fenatrad e outros parceiros, produziu um vídeo com a presidente da Fenatrad, Luiza Batista, para conscientizar os empregadores e empregadoras sobre os cuidados a serem adotados nesse período. Nesse vídeo, a Luiza pedia a liberação das trabalhadoras domésticas com

liberação das trabalhadoras domésticas com remuneração, inclusive das diaristas, para que elas pudessem ficar em casa sem o prejuízo do salário. Isso porque as diaristas são as mais desprotegidas, elas não têm a previdência social, por não terem a carteira de trabalho assinada, e a maioria também não contribui autonomamente.

A falta de proteção social e as desigualdades que ocorrem na pandemia são fruto de um contexto histórico de desigualdade social com as trabalhadoras domésticas. O trabalho doméstico remunerado faz parte do trabalho que reproduz a vida. Ele é parte do trabalho do cuidado, faz parte do que a gente chama de “Economia dos Cuidados”, que é um termo que tem a ver com o trabalho de cuidado com as pessoas, o trabalho de cuidado dos idosos, das crianças, trabalho de cuidado com a casa, com as tarefas domésticas. Ou seja, é o conjunto de atividades que são vistas normalmente como não contributivas para a economia, mas que a gente defende que contribuem, sim, para a economia, pois sem essas tarefas e sem o trabalho de cuidado, tanto o remunerado, quanto o não remunerado, a gente não teria condições de trabalhar e produzir no mercado de trabalho.

No entanto, essas tarefas ainda são vistas como indignas, ou como menos importantes. Isso tem a ver com um contexto histórico que remonta ao período grego onde as tarefas intelectuais eram mais valorizadas do que as tarefas braçais. As tarefas braçais e manuais cabiam aos escravos enquanto que as tarefas intelectuais cabiam aos sábios. A sociedade brasileira se perpetua nessa lógica ainda mais arraigadamente por conta do período da escravidão. Foram quatro séculos de escravização dos africanos e afrodescendentes em nosso país. Por isso é importante dizer que a luta do povo negro, dos quilombos, por liberdade e por reparação, foi muito importante. Ainda assim, com toda essa luta, não existiram leis efetivas que garantissem as condições dignas para que essa população tivesse

condições de reparação desse erro histórico da escravidão. Então o trabalho de cuidado doméstico, que era feito pelas mulheres negras escravizadas, continuou sendo feito por suas descendentes.

O racismo estrutural no nosso país e o mito da democracia racial mantém essa condição de desigualdade até hoje. E também o sexism, porque o trabalho de cuidado não remunerado é historicamente exercido na sua maioria por mulheres. Nós temos dados da OXFAM que apontam que mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado. E essa é uma contribuição que equivale a 10,8 trilhões por ano da economia global da indústria de tecnologia do mundo. Dados apontam que no Brasil, durante a pandemia, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém.

Sabemos que o trabalho *home office* durante a pandemia fez escancarar essa questão da Economia do Cuidado, e por mais que a gente não use esse termo, ele escancara essa questão. As pessoas de classe média, classe média alta, passaram a ficar em casa durante a quarentena, dispensaram as trabalhadoras domésticas. Aquelas que tiveram empatia ou viram o vídeo da Luiza, dispensaram as trabalhadoras com remuneração, e então começaram a fazer as tarefas domésticas. Isso trouxe o tema do cuidado para a discussão, o que, por sua vez, trouxe o tema do trabalho doméstico remunerado para o centro dos debates. Um tema que antes era invisível, agora está visibilizado. Nós entendemos que esse trabalho está longe de ser valorizado, longe de ser bem remunerado e de ter condições igualitárias, mas hoje a sociedade começa a debater muito mais o trabalho doméstico remunerado e também o não remunerado. Isso é fruto das campanhas e do trabalho do Sindicato, da Fenatrad, e das aliadas como a Themis, que promovem e defendem o direito das mulheres trabalhadoras domésticas.

P. O que a Themis fez, quais ações e parcerias foram colocadas em prática?

Diante da crise, a Themis percebeu a necessidade de criar um escopo unificado de atuação. Criamos estratégias de saída para a crise pensando em garantir condições mínimas de sustento para as mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica através de ações de ajuda humanitária, garantindo direito à comunicação e informação para essas mulheres, entendendo isso como imprescindível para garantir a vida delas. Era necessário mantê-las conectadas pelas redes para que elas pudessem ter acesso aos órgãos públicos, à informação sobre saúde, ao sindicato, e também umas às outras. Então, logo no início da pandemia, em conjunto com os sindicatos envolvidos com o projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho, criamos grupos de *WhatsApp* com as trabalhadoras de cada cidade, vinculadas ao sindicato de cada região. Por ali, disseminamos o conteúdo sobre prevenção e cuidados com a pandemia e também informações sobre direitos.

Repensamos também os cursos de empoderamento legal e de qualificação profissional⁸. Os cursos já faziam parte do projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho, mas eles eram pensados para atividades presenciais. Com a pandemia, tivemos que reestruturar todo o projeto e pensar em uma forma de Ensino a Distância (EAD). Encontramos no *WhatsApp* a melhor ferramenta para esse trabalho porque era uma plataforma com a qual elas já estavam familiarizadas. Por ali, então, foram realizados os cursos através de vídeo-aula e, principalmente, de áudio-aula, que era o formato que elas mais conheciam, e também mais econômico, pensando nos dados.

⁸ Curso #DomésticasComDireitos

Em seguida, lançamos junto com a Fenatrad a campanha “Essenciais são nossos direitos⁹”. Naquele momento, quatro estados declararam o trabalho doméstico como essencial, mesmo em um momento de quarentena, um momento de vulnerabilidade extrema. Então lançamos a pergunta: “o que a sociedade brasileira considera essencial quando o assunto é trabalho doméstico? A saúde e a dignidade das trabalhadoras ou a disponibilidade do serviço a qualquer custo?” E a campanha teve diversos produtos comunicacionais, entre eles vídeos da Djamila Ribeiro, da Claudia Abreu, da Elisa Lucinda. Em conjunto com a campanha, lançamos também um vídeo, em dezembro de 2020, pedindo a continuidade do auxílio emergencial. Criamos também, logo no início da pandemia, um “Guia Orientador para as Trabalhadoras Domésticas¹⁰”. Também produzimos o “Guia da Contratação Responsável¹¹” em uma linguagem acessível, elaborado para difusão com empregadores e empregadoras e a sociedade civil como um todo.

Durante a pandemia, também reforçamos e ativamos novas alianças como, por exemplo, com a marca Veja, de produtos de limpeza. O grupo Reckitt Brasil nos procurou para fazer essa aliança e estivemos em conjunto com a Fenatrad apoiando o programa “Veja com o Coração”, que atua valorizando as trabalhadoras domésticas, trazendo visibilidade ao problema social enfrentado por elas e apoiando a qualificação socioprofissional dessas profissionais. Também desenvolvemos várias atividades de sensibilização da sociedade civil, uma delas com os colaboradores desta empresa, entendendo que a sensibilização tem que

⁹ <http://essenciaissaonossosdireitos.themis.org.br/>

¹⁰ <https://drive.google.com/file/d/1DLrfUoiGp2EW7E03PpP-gzSXR4aiWrso/view?usp=sharing>

¹¹ bit.ly/oguia-td

ser interna, não somente externa. A Veja também foi uma das apoiadoras do curso de qualificação profissional junto com o projeto Mulheres Dignidade e Trabalho.

Outra aliança fundamental foi com o Ministério Público do Trabalho, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Com o MPT/RJ, foi realizado um projeto que garantiu segurança alimentar para trabalhadoras vinculadas aos sindicatos de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu, Volta Redonda e Rio de Janeiro. Realizamos também uma campanha comunicacional específica sobre a Nota Técnica N. 04 daquele órgão, além das procuradoras participarem como aliadas das formações realizadas pelo projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho.

Há que se destacar, ainda, a aliança com a Universidade, a UniRitter, e com o SENAC-RS, para a realização dos cursos de empoderamento legal e de qualificação profissional, respectivamente. Como parte das ações de ajuda humanitária, realizadas pela Themis, em 2021 apoiamos 1771 trabalhadoras domésticas diretamente com garantia à alimentação, conectividade ou cursos de qualificação profissional.

P. Vocês também expandiram as redes para além do Brasil, poderia falar sobre essa aliança com organizações de outros países da América Latina?

R. A primeira fase do projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho, de 2019 a 2021, envolvia as organizações das trabalhadoras domésticas do Brasil, do Equador e da Colômbia. Ao longo desse período, produzimos diversos estudos sobre a

Convenção 189 e sobre a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que são convenções que tematizam o direito das trabalhadoras domésticas. A convenção 189 é específica sobre os direitos das trabalhadoras domésticas, e a convenção 190 vai falar sobre o assédio sexual e o assédio moral no mundo do trabalho. Fizemos estudos específicos sobre essas convenções a partir de cada país, e também produzimos conhecimento sobre os comportamentos, atitudes e práticas dos empregadores, das trabalhadoras, da sociedade civil com relação ao trabalho doméstico, e compartilhamos esses estudos entre todas nós.

Outro estudo bem importante que nós realizamos foi um compilado sobre a Convenção 189 em diversos países da região, que resultou no Ebook “Entre avanços e retrocessos na América Latina e no Caribe: reflexões sobre a ratificação da C189 da OIT no Brasil, Colômbia e Equador¹²”. Nesse estudo, analisamos como a Convenção 189 foi fomentada através do movimento das trabalhadoras domésticas, através da CONLACTRAHO (Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas), através do movimento das trabalhadoras e de como se deu sua implementação, ou não, nos países que ratificaram a Convenção. Diversos países assinaram a convenção e a ratificaram, mas, ainda assim, a lei não é cumprida, como o caso do Brasil. É uma legislação recente, de 2015, e não é cumprida. Menos de 30% das trabalhadoras são formalizadas com carteira assinada. Nesses estudos a gente vê a similaridade entre os países. O projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho – FASE I propõe como um todo contribuir para a autonomia e empoderamento das mulheres trabalhadoras domésticas e suas organizações, para que incidam em políticas públicas a favor do cumprimento de seus direitos humanos e trabalhistas, no Equador, Colômbia e

¹² <https://themis.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ENTRE-AVANCOS-E-RETROCESSOS-NA-AMERICA-LATINA-REFLEXOES-SOBRE-A-RATIFICACAO-DA-C189-DA-OIT-NO-BRASIL-COLOMBIA-E-EQUADOR-29062021.pdf>

Brasil. Ao longo desses 3 anos, podemos ver a construção desses resultados em cada país, com um projeto com enfoque feminista, em direitos humanos, feito por e para mulheres. Cada organização de trabalhadoras domésticas, a UNTHA no Equador, a UTRASD na Colômbia, a FENATRAD no Brasil ampliou suas alianças e teve incidências importantes nesse período.

P. Pensando na garantia de conectividade e no trabalho de “cuidar de quem cuida”, fale sobre as outras ações da Themis inscritas no que a gente pode chamar de uma ética do cuidado.

R. Esse período foi muito importante para que a gente estreitasse laços, foi um período de muita dificuldade, muita dor, muito sofrimento, mas também a partir desse movimento, teve muita empatia. A ética do cuidado também é sobre isso, sobre ter empatia e estar umas com as outras. Então teve esse estreitamento de laços e de possibilidades de criar as alianças potentes. De alguma forma a pandemia trouxe esse encurtamento de distâncias. Falando sobre a América Latina, antes, para fazer uma reunião regional, tinha que viajar de um país para o outro, a gente não pensava tanto nessas ferramentas tecnológicas como possibilidade de se encontrar. Então houve o encurtamento das distâncias, de alguma forma, a gente conseguiu se olhar e se enxergar mais próximas. Também conseguimos utilizar a raiva que esse momento gerou como potência para criar e para amparar essas redes, para fortalecer e potencializar essas redes de mulheres e de cuidados. Acredito também que, não por acaso, essa categoria, que é uma categoria vulnerabilizada, que não tem acesso, que sofre muitas desigualdades, e que ao

longo da pandemia, e principalmente no ano passado, 2021, viu crescer muito os casos de denúncia de trabalho análogo à escravidão, elas também se fortaleceram enquanto categoria. As sindicalistas se fortaleceram e estiveram em mais espaços porque se fortaleceram em rede. Estiveram juntas em rede e revigoraram alianças com mulheres e com organizações como a Themis. Esse fortalecimento de alianças foi muito importante para ambas as partes.

Foi importante também ver um Congresso virtual sendo realizado. O congresso virtual da Fenatrad foi realizado em 2021, algo inédito. Estivemos como parceiras durante todo congresso, e a potência e a realização dessa conjunção de raiva e frustração foi importante, por exemplo, na agenda “Fora Bolsonaro”, um tema importante para os sindicatos. Isso porque estávamos falando de um governo que fez um desmonte de políticas públicas, que resultou nas mortes que a gente viu por conta do atraso nas vacinas. Nós construímos essa agenda durante o congresso. Foi um movimento político muito importante de se ver. Isso fala sobre como a gente pode construir coisas novas e potentes mesmo em momentos de dor e de resignação.

Essa pandemia fez a gente aprender muito. E também acho que a gente se uniu mais. Agora nós somos obrigadas a estar em um grupo de WhatsApp e estar o tempo inteiro em conexão. Essa condição de ter que ficar em casa, trabalhar de casa, precisar ajudar, você teve mais diálogo com seus filhos, com seu marido, parceiros e parceiras. É preciso trabalhar e é preciso unir, porque um sabe uma coisa, outro sabe outra, e tem que juntar os conhecimentos. Uma sobe e puxa a outra. Sobre a relação com a Themis, a gente diz que quem entra como parceiro, vira família Fenatrad, isso é da nossa categoria. Nós somos uma grande família.

pandemia

MULHERES EM TEMPOS DE CRISE: PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Fabiana Cristina Severi¹³

Introdução

A pandemia da Covid-19 agravou desigualdades estruturais de gênero e de raça pré-existentes no país, afetando de modo desproporcional mulheres e meninas, especialmente as negras e em vulnerabilidade social. Além da situação de vulnerabilidade e risco ao vírus em si, elas tiveram uma sobrecarga com as responsabilidades já assimétricas pelos cuidados com familiares. Suas condições de vida, saúde e autonomia pioraram com o aumento do desemprego ou das causas de supressão de renda e da insegurança alimentar.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres no país, que já era preocupante, assumiu expressões ainda mais graves. Com as medidas de distanciamento social, muitas passaram a conviver por mais tempo próximas às pessoas agressoras e a experimentar maiores dificuldades no acesso a serviços da rede de atendimento e mesmo às suas redes socioafetivas de apoio.

¹³ Fabiana Cristina Severi é feminista, pesquisadora e professora na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

As organizações feministas e redes comunitárias de mulheres foram relativamente rápidas em tentar responder a esse novo cenário, de modo a facilitar o acesso das mulheres em situação de violência doméstica e familiar aos serviços de atendimento e prestar assistência a demandas mais urgentes, especialmente de mulheres que vivem em áreas onde o poder público se faz mais ausente. Isso foi feito, por exemplo, por meio de apoio emergencial a necessidades básicas, aconselhamentos, difusão de informações e auxílio para se conseguir acessar serviços públicos.

Neste artigo, apresentamos alguns resultados de uma pesquisa realizada junto a Promotoras Legais Populares (PLPs) que encabeçaram tais iniciativas durante esse período crítico. Portanto, o objetivo central da pesquisa foi conhecer as principais estratégias de atuação das PLPs de apoio às mulheres em situação de violência doméstica durante a pandemia, bem como analisar a percepção de tais lideranças comunitárias sobre os serviços públicos de enfrentamento à violência doméstica durante a pandemia da Covid-19.

Entrevistamos 50 PLPs atuantes em diversas regiões do país. As perguntas versaram sobre o perfil sociodemográfico das entrevistadas, sua trajetória de atuação e formação como PLP e a percepção de cada uma sobre os serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

A equipe de entrevistadoras foi composta por cinco pesquisadoras. Cada uma delas foi responsável por um número relativamente igual de entrevistas, que ocorreram entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, em ambiente virtual, com o uso da plataforma Zoom ou Google Meet.

I. A Covid-19 e a violência doméstica contra as mulheres

Antes de o novo coronavírus ter desembarcado no país, já estava em curso um processo de desmonte das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Desde 2015, o governo federal vinha diminuindo o orçamento voltado à execução de tais políticas e à distribuição dos recursos para a rede de apoio e proteção às mulheres nos estados e municípios. No início de 2020, os recursos orçamentários foram zerados em tal temática. Muitos serviços da rede de atendimento em todo o país já tinham fechado suas portas em razão dessa restrição orçamentária¹⁴.

Diante da pandemia de Covid-19, os movimentos feministas e de mulheres alertaram os poderes públicos e a sociedade sobre o provável aumento da violência doméstica e a necessidade de intensificar políticas e ações de apoio, sobretudo às mulheres em maior vulnerabilidade social¹⁵. Diversos organismos internacionais de direitos humanos também orientaram os países não apenas a garantirem a continuidade dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência,

¹⁴ Ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estudo Técnico nº 16/2020. Execução orçamentária de Ações de Combate à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/ET16_Violencia_MULher.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022. Também: ZIGONI, Carmela. Inesc, os números do boicote às políticas para mulheres. **Outras Palavras**, São Paulo, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/inesc-os-numeros-do-boicote-as-politicas-para-mulheres/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

¹⁵ CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA. Nota Técnica referente aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional sobre medidas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, no contexto do distanciamento social, decorrente da vigência do Estado de Calamidade Pública instituído pelo Decreto nº 6/2020. Brasília: CLP, 2020. Disponível em: <http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Nota-do-Consortio-Lei-Maria-da-Penha-COVID.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

mas também a desenvolverem modalidades específicas de apoio às mulheres para o contexto de pandemia (ONU MULHERES, 2020; COMITÉ DE EXPERTAS, 2020).

As primeiras medidas adotadas pelos serviços de atendimento à violência doméstica no país foram a conversão dos serviços de atendimento para o formato virtual - por telefone ou aplicativos de mensagens - e a veiculação de campanhas nas redes sociais com a divulgação da Central de Atendimento à Mulher – *Ligue 180* e *Disque 100*. Nos meses seguintes, outras estratégias foram incrementadas para facilitar, por exemplo, os registros *online* de ocorrências policiais e de solicitações de medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.

Em julho de 2020, foi aprovada a Lei nº 14.022, que dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar durante o período de emergência de saúde pública. Entre outros pontos, a lei reconheceu tais serviços como atividades essenciais e a natureza urgente dos processos judiciais nessa temática, estendeu o formato virtual com interação simultânea de registro de ocorrência a todo o território nacional e garantiu prioridade para a realização de exames de corpo de delito no caso de crimes relacionados à violência doméstica e familiar.

Apesar da rapidez com que essas medidas foram tomadas, a estratégia principal de conversão dos atendimentos para modalidades virtuais foi insatisfatória, especialmente para grupos de mulheres em condições de maior vulnerabilidade social. Isso porque, muitas delas não tinham celulares ou créditos para fazer ligações em linha direta, compartilhavam seus aparelhos celulares com filhos e com a própria pessoa agressora, não tinham acesso à internet, seja pela carência de recursos para contratar o serviço seja pela indisponibilidade de rede de acesso na região, e apresentavam níveis variados de alfabetização digital.

Um dos indícios de que essas ações tomadas pelo país foram insuficientes foi o dado disponibilizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) de que, logo nos primeiros meses de vigência das medidas de distanciamento social, houve uma diminuição dos pedidos de medidas protetivas de urgência nos tribunais de justiça, muito provavelmente em razão da dificuldade de acesso das mulheres aos serviços de atendimento. No mesmo período, houve um aumento de casos de feminicídio¹⁶.

No momento, então, que o país deveria fazer frente aos efeitos da crise sanitária na vida das mulheres, as políticas públicas já encontravam-se em um quadro de grande precarização. Isso de modo que as medidas imediatamente adotadas por diversos serviços para lidar com o agravamento da violência doméstica contra as mulheres não conseguiram, ao menos no primeiro ano, produzir efeitos significativos, especialmente se considerarmos os grupos de mulheres em maior vulnerabilidade.

Como forma de responder a tal cenário, muitas organizações feministas buscaram fortalecer as iniciativas sociais de solidariedade e apoio. A Themis, em parceria com outras organizações que promovem programas de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), buscou apoiar a atuação das PLPs em seus territórios junto a mulheres em situação de violência doméstica. Para isso, a organização disponibilizou recargas de celular e cestas básicas, além de manter reuniões quinzenais com dezenas de PLPs.

¹⁶ No primeiro semestre de 2020 foi possível observar uma queda nos registros policiais de casos de violência doméstica (11% em lesão corporal dolosa, 17% em ameaça e 24% em estupro de mulheres), combinada com um aumento de 1,2% nos casos de feminicídio em relação a 2019 (FBSP, 2020).

Com o apoio da Themis, muitas PLPs puderam fortalecer ou criar redes locais de solidariedade e ajuda entre mulheres para fazer frente às consequências socioeconômicas mais graves da pandemia em nível local, como a insegurança alimentar, a escassez de itens básicos de higiene e saúde, o aumento da violência doméstica e as dificuldades para acessar os poucos e precários serviços públicos.

2. As PLPs entrevistadas

As PLPs entrevistadas, em sua maior parte, residem em algum município do estado do Rio Grande do Sul, sendo que 35% delas estão concentradas na capital. As demais residem nos estados de São Paulo (22%), Rio de Janeiro (6%), Bahia (6%), Amazonas (4%), Distrito Federal (4%), Goiás (4%), Paraná (4%) e Santa Catarina (4%).

Em termos de perfil sociodemográfico, a maioria declarou ter idade acima de 40 anos, ser negra, cisgênero, heterossexual, religiosa, sem deficiência, cursar ou ter cursado ensino superior e ter alguma fonte de renda formal ou informal. Em termos de ocupação remunerada, há uma variedade muito grande de respostas. A maioria (60%) declarou realizar algum tipo de atividade remunerada, 8% são aposentadas, 6% afirmaram ser donas de casa e 6% declararam estar desempregadas. Nessas duas últimas categorias, todas associaram sua resposta a uma outra atividade, por exemplo: dona de casa e artista, dona de casa e ativista ou desempregada e ativista, desempregada e estudante.

A Themis e a União de Mulheres são as duas organizações mais citadas como responsáveis pela capacitação das entrevistadas como PLPs. Todas foram entrevistadas porque mantiveram algum tipo de atividade de apoio a mulheres em situação de violência doméstica durante o período de pandemia e foram identificadas como referências em seus territórios, além de terem condições de acesso à internet e disporem dos equipamentos para a realização das entrevistas no formato virtual.

3. A atuação das PLPs durante a pandemia

Diante da situação já antes precária de políticas sociais e serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, muitos grupos e organizações de mulheres em todo o país envolveram-se em ações políticas, criaram redes comunitárias de apoio e promoveram práticas de cuidado coletivo para amenizar parte dos efeitos da pandemia nos seus territórios. Foi assim também com as PLPs (CUENTRO, 2021; SALOMÃO, 2021; MARX, 2022).

A Themis reestruturou suas estratégias de ação junto às PLPs, buscando garantir a continuidade das atividades de capacitação de tais lideranças e criar novas maneiras de apoio às PLPs para que elas pudessem prosseguir com os trabalhos de acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar em seus territórios com segurança e de modo alinhado às demandas impostas pelo novo cenário.

As PLPs imediatamente sentiram os efeitos da pandemia nas comunidades em que atuam: as mulheres mais pobres e de regiões periféricas foram atingidas tanto pela perda de trabalho e renda quanto pelo rompimento abrupto das redes informais de apoio que poderiam garantir condições mínimas de segurança e subsistência. As PLPs e as mulheres atendidas também enfrentaram dificuldades maiores para acessar os serviços de atendimento que migraram para o formato virtual:

As mulheres que estavam empregadas perderam o emprego, entende? E aí nós não estamos lidando mais apenas com uma questão de um caso de violência, porque a violência ela é sistêmica, ela ataca tudo. Sabe essa coisa de pensar que a violência é uma coisa isolada que acontece dentro de casa? Não. Ela acontece em todos os âmbitos sociais. Essa mulher, falando do seu papel como um agente social, ela não produz, portanto ela fica refém de situações daquele marido, daquele familiar que está ali próximo que é superagressivo com ela, a economia não gira porque ela é a grande cuidadora. Nós, as mulheres, somos grandes cuidadoras. Nós cuidamos da mãe, do pai, do filho, do avô, do periquito, da vizinha, do vizinho. Então tu imaginas essa mulher dentro do processo pandêmico, tendo que dar conta de tudo isso sem poder sair de casa. E ainda com processo de violência. Então a questão da vulnerabilidade aumentou muito. (Marta)

A pandemia também nos limitou muito de chegarmos até elas. Porque a gente sempre fez um trabalho muito dentro da comunidade e associações. (...) Então eu acho que a gente tentou, através de algumas lives, que também não acessam diretamente a comunidade. Eu acho que dificultou bastante o fato de ter vindo esse formato online. Ele contribui muito, mas ainda nos deixou limitado. (Joana)

As principais ações realizadas pelas PLPs durante a pandemia podem ser organizadas em 3 eixos.

O primeiro deles foi a ajuda emergencial por meio de arrecadação e distribuição de cestas básicas, kits de higiene pessoal, remédios etc., frente ao agravamento abrupto das condições de vida e de saúde das mulheres pela pandemia. Muitos desses itens foram disponibilizados pelas organizações feministas atuantes junto às PLPs, como a Themis, a União de Mulheres e o Instituto Geledés. Outras redes de solidariedade também foram mobilizadas para obter doações de pessoas físicas, organizações e grupos comunitários dos quais as PLPs fazem parte, entidades religiosas, secretarias municipais e empresas. Algumas PLPs também fizeram doações de itens e outras, em maior situação de vulnerabilidade, também receberam apoio, já que muitas delas também foram afetadas pelo contexto da pandemia.

Foi muita mobilização, assim, para levar a alimentação, porque muitas pessoas perderam o emprego. (...) Voltaram a usar o fogão à lenha, porque não tinham botijão de gás, voltaram a procurar as hortas comunitárias para ver se tinha alimento, porque ficaram sem trabalho mesmo. (Raquel)

No primeiro processo da pandemia era mais a questão alimentar e de insumos de higiene. Tanto que a gente falou com os doadores das cestas e pedimos para entregar também isso, produtos de higiene como pasta de dente, absorvente e outras coisas que as mulheres estavam procurando bastante, além de fraldas que também estavam faltando (tanto geriátrica quanto para crianças, que acaba recaindo o cuidado sobre as mulheres, tanto das crianças quanto das pessoas

mais velhas). Então teve esse primeiro momento da pandemia que era muito forte isso e esse segundo momento que era mais o atendimento psíquico mesmo. (Rosana)

É importante dizer que esse tipo de ação não é algo característico da atuação como PLP. Embora muitas delas já realizassem atividades desse tipo, faziam isso em razão do vínculo com outros grupos comunitários (igrejas, associações, grupos de voluntariado etc.). Com a pandemia, a ajuda emergencial se tornou algo primário, tanto pelo quadro crítico em que muitas famílias foram lançadas com a crise sanitária quanto pela percepção do empobrecimento e da insegurança alimentar de mulheres como fatores centrais que agravavam a violência doméstica.

O segundo conjunto de ações envolveu a divulgação de informações sobre programas sociais e sobre os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Algumas mulheres, por exemplo, continuaram se dirigindo a serviços de apoio psicossocial, delegacias ou órgãos da justiça e encontravam as portas fechadas. Ou seja, nem todas sabiam que alguns serviços estavam funcionando na modalidade remota ou tiveram informações sobre como acessá-los.

A Themis lançou um [informativo] que tinha alguns números de telefones da rede e nos passou. E a partir disso surgiu a ideia da gente complementar esses números, fazer um folder frente e verso, um cardzinho pequeno, que pudesse ser trabalhado dentro de todo o município sem ter uma campanha só. Mas que pudesse ser divulgado por tempo indeterminado com o número das redes. Todos os números de contatos, e-mails da rede municipal: Ministério Público,

Brigada, CREAS, CAPS, Unidade Básica de Saúde, as PLPs, o Comdim, os conselhos tutelares. Então tudo que agregasse ali em direitos humanos e pra que as pessoas pudessem ter acesso a esses contatos e pro atendimento. (...) A partir desse material também foi feito um cartaz que a gente afixou em toda a rede municipal: escolas que estavam abertas, bar, boteco, armarinho, principalmente em regiões de alta vulnerabilidade onde as pessoas não têm muito acesso à informação. A intenção desse cartaz, desses folders, era trabalhar nessas regiões. (Rute)

As PLPs, então, foram fundamentais no mapeamento dos serviços e da forma como eles estavam funcionando, bem como na divulgação das informações nas comunidades onde atuam. Elas tiveram que inovar nas formas de divulgação em razão das medidas de distanciamento social. Como mostra o exemplo acima, muitas fixaram cartazes em lugares estratégicos nos bairros, produziram conteúdos para circulação via WhatsApp ou redes sociais como Instagram e distribuíram panfletos nos espaços onde eram entregues as cestas básicas.

O terceiro eixo de atuação das PLPs foi o apoio direito às mulheres em situação de violência doméstica. Elas acompanharam algumas mulheres para resolver dificuldades no acesso aos serviços da rede de atendimento, ainda que de modo virtual. A Themis, por exemplo, disponibilizou créditos e aparelhos celulares para que as PLPs pudessem continuar prestando apoio às mulheres. Esses aparelhos foram utilizados em muitas circunstâncias para que as mulheres pudessem acessar os canais dos serviços públicos de modo seguro, fazer agendamentos de tais serviços, realizar denúncias ou repassar informações. As PLPs puderam, assim, continuar realizando um dos papéis mais simbólicos de sua atuação: auxiliar outras mulheres a irem ao encontro do Estado, sendo mediadoras entre elas e os serviços públicos.

A Themis até me mandou um telefone, um aparelho com chip e número específico para eu fazer esses atendimentos e poder fazer contato com a rede, com os serviços. Como eu falo, a rede é de serviços, mas é o contato com as pessoas dessa rede [que é realizado]. (Roberta)

Esse apoio direto, para além de viabilizar o acesso aos serviços públicos, também acaba por significar apoio emocional e acolhimento. Na ausência ou enfraquecimento das redes pessoais de apoio, muitas mulheres em situação de violência puderam contar com as PLPs para se sentirem acolhidas, informadas e em interação, mesmo que isso estivesse ocorrendo apenas por meio de ligações telefônicas ou aplicativos de conversa. É um tipo de atuação capaz de minimizar os sentimentos de incerteza, solidão, desesperança e medo acentuados pela pandemia. Uma estratégia de apoio central no fortalecimento das mulheres para que possam procurar romper relações violentas.

Para além desses três eixos de ações, podemos também citar uma experiência inovadora. Em Canoas, no Rio Grande do Sul, a Themis, em parceria com uma universidade (UniRitter), desenvolveu um projeto envolvendo PLPs e uma vara especializada de violência doméstica. O objetivo foi estruturar uma nova metodologia de atenção às mulheres em maior risco, por meio do apoio e assessoramento de PLPs para que estas realizassem o monitoramento da situação de mulheres com medida protetiva concedida. A ação atingiu diretamente mais de 300 mulheres, tendo sido enviados cerca de 630 relatórios de casos acompanhados à vara especializada.

Considerações Finais

Os achados da pesquisa reforçam o argumento sustentado, há mais de uma década, por organizações feministas brasileiras de que as PLPs, enquanto mediadoras comunitárias entre os serviços públicos e as mulheres em condições de maior vulnerabilidade, são agentes fundamentais na concretização do acesso das mulheres à justiça.

Especificamente em relação ao período de pandemia, as PLPs e as organizações que as apoiam foram relativamente rápidas em buscar novas formas de atuação capazes de responder ao novo cenário. Essa adaptação foi necessária porque, mesmo quando não são maioria entre as pessoas mortas em uma crise sanitária, as mulheres são as mais afetadas, especialmente as negras e localizadas em regiões periféricas. Elas mobilizaram redes de solidariedade para potencializar a ajuda emergencial, buscaram conhecer os novos formatos de funcionamento dos serviços públicos e difundir informações sobre isso junto a grupos de mulheres que tinham pouco ou nenhum acesso a meios virtuais de comunicação. Ainda, criaram formas de continuar “transitando” nos territórios para auxiliar outras mulheres a procurarem apoio na rede de atendimento.

Essas ações são práticas de solidariedade feminista, que mostram a capacidade de mulheres populares se apoiarem umas às outras e de produzirem projetos coletivos de ajuda mútua. Por tais experiências, elas geraram, também, consciência crítica sobre a atuação dos poderes públicos durante a pandemia, o que pode ancorar outras formas de ação política feminista por parte das PLPs contra as múltiplas e interseccionais formas de violência contra as mulheres e contra os atuais retrocessos nas políticas sociais.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estudo Técnico nº 16/2020. Execução orçamentária de Ações de Combate à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/ET16_Violencia_Mulher.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

COMITÉ DE EXPERTAS. **Comité de Expertas solicita la incorporación de la perspectiva de género en las medidas que se tomen para la mitigación del COVID-19 y el reforzamiento de acciones para la prevención y atención de la violencia de género.** Washington: Comité de Expertas, 2020. Disponível em: <https://us7.campaign-archive.com/?e=09c5e4b43f&u=f4f9c21ffdd25a4e4ef06e3c2&id=e24af3117b>. Acesso em: 26 mai. 2022.

CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA. Nota Técnica referente aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional sobre medidas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, no contexto do distanciamento social, decorrente da vigência do Estado de Calamidade Pública instituído pelo Decreto nº 6/2020. Brasília: CLP, 2020. Disponível em: <http://cepii.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Nota-do-Consortio-Lei-Maria-da-Penha-COVID.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

CUENTRO, Ana Cecília; SALOMÃO, Isadora. **Elas que lutam: mulheres e a sustentação da vida na pandemia.** Rio de Janeiro: Observatório Direitos Humanos/AMB/CRIOLA/CFEMEA/SOS Corpo, 2021. Disponível em: https://observadhecovid.org.br/pesquisas/wp-content/uploads/2021/12/EstudoElasqueLutam_0112-1.pdf. Acesso em: 24 feb. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19.** São Paulo: FBSP, 2020.

MARX, Vanessa. A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia. In.: ROSA, Paula et. al. (orgs.). **El apoyo mutuo en tiempos de crisis: la solidariedad ciudadana durante la pandemia Covid-19.** Buenos Aires: CLACSO, 2022.

ONU MULHERES. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe:** dimensões de gênero na resposta. Brasília: ONU Mulheres, 2020.

ZIGONI, Carmela. Inesc, os números do boicote às políticas para mulheres. **Outras Palavras**, São Paulo, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/inesc-os-numeros-do-boicote-as-politicas-para-mulheres/>. Acesso em 21 jul. 2022.



Malvina Beatris Souza

PROMOTORA LEGAL POPULAR (PLP) DA REGIÃO CRUZEIRO, PORTO ALEGRE/RS

Me chamo Malvina Beatris Souza, tenho 60 anos, sou mãe de seis filhos. Tenho três meninas e três meninos, todos adultos, casados, com filhos. Tenho 17 netos e 2 bisnetos. Meu último companheiro, com quem fui casada, foi o pai que as crianças escolheram para si, porque três não eram filhos dele. Escolhi alguém para ser o pai dos meus filhos por tudo aquilo que eu tinha medo: do abuso que sofri na adolescência, de pedir esmola na sinaleira, dos maus tratos que eu passei na minha adolescência, na minha infância, tudo aquilo que eu não queria. Não queria a violência doméstica que vi minha mãe passar. Sabendo o que eu não queria, eu me separei três vezes, decidi criar meus filhos sozinha e me dediquei a outras coisas.

Sou militante desde meus 22 anos da área de movimentos populares junto com a União de Vilas, um conselho que dialogava com todas as vilas desse grande território que é a Cruzeiro. Na época não havia políticas públicas, não havia água, não havia luz, era tudo muito insalubre. Naquele tempo, tudo era uma construção, tudo que você queria você precisava participar. Aprendi que para ter a água subindo o morro, tinha que gritar, xingar o prefeito. Aprendi a gritar pelos meus direitos e pelos direitos dos outros quando eu tinha 22 anos e quatro filhos.

Eu sou filha desse território, porque a minha mãe veio para cá quando eu tinha um ano, e moro aqui até hoje. Na adolescência, nós buscávamos água em um poço, com uma lata na cabeça. A escola era muito longe, noutro bairro, e nós tínhamos que atravessar uma ponte para poder chegar. Nós fomos resistindo. Minha avó resistiu, minha mãe resistiu e eu transformei. Minha avó ocupou, a minha mãe manteve e eu consegui transformar o nosso território. Hoje eu entendo que participei dessa transformação, que essa transformação também contou com a minha assinatura. Entendi isso quando eu fui presidente do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social). Em uma reunião do CMAS, uma pessoa da União esteve lá para saber como estavam os valores que chegavam no Conselho e que deveriam ser repassados para as políticas de assistência. Eu estava sentada com ele e perguntei, “mas você não tem que estar sentado com o presidente da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania)?”, e ele falou “não, tenho que estar sentado com você, porque é você que assina para o presidente da FASC, inclusive o salário do presidente da FASC é você quem assina”. E eu disse, “meu deus do céu, e se alguma coisa der errada?”, e ele respondeu: “é o teu CPF”. Acho que ali eu perdi a ingenuidade. Imagina, eu, uma semianalfabeta, assinando? Quando esse homem me disse aquilo, pelo que eu era responsável, que meu CPF não era simplesmente uns dígitos, que eu respondia por aquilo, passei a entender que você pode representar e pode estar responsável, e ali eu era a responsável. Então minha vida

começou a tomar outro rumo. Aquele despertar me fez voltar a estudar e me fez querer mais, ler tudo que viesse na minha frente, tudo que eu assinasse principalmente. A liderança comunitária me fez muito mais responsável. Voltei a estudar, conclui o ensino médio. Me tornei uma mãe melhor, mais centrada, e me tornei uma profissional mais responsável. Eu me qualifiquei para isso, e essa qualificação me qualificou para a vida.

Fui conselheira tutelar quatro vezes. Dessas, duas como titular, e outras duas como suplente. Hoje sou suplente. Discuto muito a questão da criança e do adolescente, porque a gente precisa entender que crianças e adolescentes saudáveis serão mães e pais saudáveis. Criei uma associação de mulheres, a Associação de Mulheres Solidárias da Grande Cruzeiro (ASMUSOL). É uma casinha rosa, aqui no meio da Vila Cruzeiro, que hoje tem 25 anos. É um espaço onde produzimos renda para as mulheres e trabalhamos com economia solidária, principalmente com costuras. Desde o início da Associação, incentivamos as mulheres a voltar a estudar, a trocar de emprego, fomentamos ideias para emancipar as pessoas. Essa vida comunitária, para mim, é muito rica. Nós vencemos porque nós vencemos juntas. A gente emancipa as mulheres e se emancipa.

Hoje sou Promotora Legal Popular (PLP) da Themis, um lugar para onde sempre encaminhei as meninas e as mulheres, mas que eu nunca tinha feito parte. Eu sempre andei grudada com as PLPs, mas eu não era uma. Nesse ínterim, fui pra faculdade e precisei fazer meu estágio. Eu já tinha feito dois estágios de Serviço Social, mas que não eram o que eu gostaria de fazer. Um dia encontrei a Guaneci¹⁷ e falei que nós precisávamos de mais PLPs, que fazia tempo que a Cruzeiro não tinha

¹⁷ Maria Guaneci Ávila é Promotora Legal Popular, Assistente Social e Assessora de Projetos da Themis.

um curso de formação de Promotoras Legais Populares e que eram poucas atuando na região, porque muitas PLPs já eram senhoras e foram falecendo. Nossas grandes referências eram a Jane, a Angelina e a Maria Eleonice. Essas mulheres, essas PLPs, eram fantásticas. Mas a Angelina tinha falecido, e a Jane ainda estava ali, então eu disse para Guaneci, “temos que fazer”. E fomos conversar. Escrevi o estágio 1 de Serviço Social, que foi uma observação na Themis. O estágio 2, foi a formação das mulheres no curso de PLPs. Formamos 28 mulheres. O estágio 3, que seria a prática, foi a parte mais difícil. Porque parece que você está pronta para atuar, mas não depende de você, depende da rede. Hoje eu sou uma PLP da Grande Cruzeiro, assistente social, e me formei com muito orgulho com a Themis. A Themis foi extremamente importante, a Guaneci, a Maria Inês, mulheres da Themis, foram minhas grandes mestres aqui fora para concluir a faculdade de Serviço Social.

Pandemia de Covid-19

Em 2020 eu estava no Conselho Tutelar. Em fevereiro já se discutia a Covid pelo mundo, e em março já estava em Porto Alegre, com aquela incerteza de tudo, ninguém sabia o que era e nem o que tinha que fazer. A gente que trabalha na linha de frente tinha um público a ser atendido, famílias em atendimento, quando veio o “fecha tudo”. Começaram a fechar as creches, e a gente, já com aquele olhar de proteção, começou a se perguntar: “quem cuida?”, “com quem ficam as crianças?”. Começamos uma discussão ferrenha naquele momento perguntando onde iriam ficar as crianças, porque a creche foi a primeira coisa que fechou, mas não fechou o serviço das mães domésticas. Não fechou o serviço da construção civil, não fechou o serviço de auxiliar de serviços gerais. E esse é o público das mulheres com quem

nós trabalhamos, e essas mulheres são mães. Quem ia cuidar das crianças? As crianças e adolescentes faziam as refeições nas escolas e nas creches, e isso ia parar, essas crianças iam para suas casas. Quem iria cozinhar? O que teriam pra comer? Na medida em que as mães ficaram desempregadas, a preocupação tornou-se maior. Quem vai trazer comida? De onde ela vai tirar o sustento? Foi ficando um caos.

Estou falando da Grande Cruzeiro, com 60 mil habitantes, de acordo com IBGE de 2010. Destes, 51% são pobres e de famílias que trabalham nessas funções que já citei. Então, corre para buscar comida para essas mulheres. Só que, com isso, em junho nós tínhamos um surto de Covid e um surto de violência. Essas mulheres já tinham chegado na Asmusol, no SIM (Serviço de Informação à Mulher da Cruzeiro), os órgãos que elas sabiam que atendiam e faziam escuta. Chegavam solicitando comida, deixando nome e telefone, dizendo da onde eram. A pandemia foi um dos momentos mais difíceis do trabalho. Em junho nós já havíamos mapeado 200 pessoas solicitando comida. A orientação era a de fazer os atendimentos por telefone e todo mundo que podia escutava todo mundo. Todo mundo com medo, mas eu não tive tempo de ter medo. Como eu ia ter medo? Se eu estava um dia sim e outro também abrindo a porta do Conselho Tutelar e ouvindo as pessoas, abrindo as portas do SIM Cruzeiro e ouvindo as pessoas. Começamos a articular como iríamos atender e cuidar dessas mulheres nesse território. Conseguimos fazer atendimentos individuais das mulheres vítimas de violência no SIM e a Themis assegurava cestas básicas para esse grupo de mulheres. A FASC autorizou a compra de cesta básica para as meninas adolescentes atendidas. Identifiquei que havia três grupos: esse aqui a Themis atende, esse aqui a FASC atende, esse aqui nós vamos pedir. Começamos a identificar por faixa etária: essas aqui são as idosas, essas aqui são as mulheres “carrinheiras”, que são as mulheres que são catadoras nas ruas,

mães com mais de quatro filhos, mães com menos de quatro filhos. Em julho de 2020 eu saí do Conselho Tutelar e fiquei com dedicação exclusiva nessas ações, que não eram de assistência social, e eu faço questão de dizer isso, era de insegurança alimentar. Era comida.

Através do atendimento no SIM Cruzeiro, acompanhei oito mulheres até a delegacia para fazer registro de ocorrência. Cuidei dessas oito mulheres, acompanhando junto ao processo, em 2020 e 2021, até que retomassem o trabalho e que as crianças retomassem a creche. As adolescentes também eram atendidas no SIM, orientadas sobre onde poderiam buscar ajuda que precisassem. Era um SIM, mesmo, um Serviço de Informação à Mulher sobre todos os lugares onde a ela poderia ir. Em 2021 algumas pessoas voltaram a trabalhar, outras não. Muita gente trabalhando online, mas o online não funciona para uma família que não tem internet, que não tem sinal, que não tem um celular compatível, mas que tinha que dar conta da aula dos filhos pela internet.

A pandemia foi muito difícil para as mulheres. Chegamos a atender 300 e poucas mulheres. Identificamos quem estava sem internet para se comunicar conosco, então disponibilizamos créditos para o celular. Olha, conversando hoje com vocês, eu vejo o quanto o SIM Cruzeiro atuou. Através dos formulários que nós preenchemos, com perguntas, respostas, solicitações de informações das mulheres, das famílias, nós identificamos umas 200 situações de violência. Nós escutamos. O carro-chefe era a escuta. Reunimos 15 mulheres, à noite, para escutá-las. Ficamos impressionadas com o grande número de mulheres vítimas de HIV e com a coragem das mulheres em dar um basta em alguns relacionamentos. Isso pra nós foi um ganho. Fiz grupos de chamada para mulheres, disponibilizando

meus dois números de telefone, o do SIM e o meu pessoal, para que elas pudessem conversar e ter informação. Nossa SIM atuou muito, na minha pessoa, na pessoa da Loerci e da Teresinha. Em 2021, a Terezinha faleceu, e isso nos fragilizou muito. A Loecir, que também era uma companheira incansável, precisou trabalhar, e muitas acabaram recuando com medo da Covid. Mas nesse mesmo ano a Conceição veio conosco para a luta.

Nós recebemos da Themis um número de telefone seguro para conversarmos com as mulheres que atendemos e para as atividades, reuniões online. Em 2020 tivemos menos ações presenciais, porque havia muito medo. Em 2021 tivemos nossa primeira atividade presencial da Themis no Parque Redenção, em Porto Alegre, que foi o encontro das PLPs, e ali nós pudemos nos reunir e ouvir os depoimentos de colegas. Elas contavam que naquele momento difícil não sabiam a quem recorrer, mas que receberam a ajuda de outra PLP, que ligava perguntando como estavam. Foi muito bom. Conhecemos presencialmente o pessoal da Clínica Feminista da UFRGS¹⁸, um espaço para o qual podíamos encaminhar algumas mulheres. Eu tenho muito orgulho de dizer que a gente pode conversar uma com a outra, sabe? Por telefone, nas conversas, e naqueles momentos em que fazíamos as reuniões online, fomos nos fortalecendo e sabendo que não estávamos sozinhas. Eu me senti muito sozinha em muitos momentos mas, ao mesmo tempo, muito fortalecida pela Themis, pelas colegas, pela pessoa da Guaneci, uma pessoa incansável. Precisamos pensar no SIM como um espaço de proteção.

¹⁸ A Themis firmou uma parceria com a Clínica Feminista na Perspectiva Interseccional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2020, por meio da qual foram criados grupos de cuidado para Promotoras Legais Populares e mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar. Os encontros foram semanais, em grupos de até três mulheres, de forma remota. Além dos grupos, a iniciativa tem o objetivo de divulgar informações sobre saúde mental e acesso a direitos para as mulheres em situação de risco relacionados à violência de gênero.

Cuidar de quem Cuida

Maria Guaneci, Maria Conceição, Maria Inês, três PLPs me cuidavam. As minhas filhas. Minhas filhas ficavam muito bravas comigo porque eu não ficava em casa, ficava lá fora, em uma situação de risco. Ao mesmo tempo elas me ouviam e sabiam que não iriam me manter dentro de casa. Mas elas nunca deixaram de me chamar atenção, e isso é muito importante. Minhas filhas foram muito importantes para mim, e meus amigos também. Me senti muito acolhida por todos eles. Acho que essa rede protetiva foi muito forte. Não procurei em nenhum momento atendimento psicológico, porque não tinha tempo. Eu era a “psicóloga” de muita gente. Tomava um café aqui, um chá ali. Tem uma senhorinha no nosso território, a dona Alice, que é vítima de violência doméstica, violência psicológica. Ela cuida de todos e todos estão sempre aprontando. Dona Alice me dizia: “vem almoçar comigo”. Então, no meio do turbilhão, encontrava um lugar, um forno a lenha e uma comidinha quente, sabe? A solidariedade acarinhava. Todos cuidaram de mim assim como eu cuidei de todos.

Perder a Jane

A Jane era uma PLP de primeira, era uma formadora de opinião. Era uma mulher que, por onde ela estivesse, conversava. A gente começava conversando sobre qualquer coisa e essa qualquer coisa era da área do direito. Lá onde ela morava, ela

era a pessoa que todos buscavam para saber sobre qualquer assunto, para qualquer tema. A Jane morou a vida inteira naquela rua, então as pessoas que estavam ali já estavam na segunda, terceira geração com ela. A Jane tinha um portão sempre aberto. Esse mesmo portão aberto, que a gente costuma dizer que serve para orientar, também é o portão que serve para a polícia entrar, como se fosse dona. Nunca entra um policial sozinho, entram dois, três, quatro. E era o que eles vinham fazendo na casa da Jane há mais de uma semana. Eles chegavam, gritavam, queriam prender os guris e a Jane dizia que eles não estavam fazendo nada. Ela sempre defendia um grande número de meninos, da metade da rua para baixo, que não faziam nada mesmo, mas que eram adolescentes desempregados no período de pandemia, não tinham o que fazer e ali ficavam. Mas todos tinham mãe, tinham casa. Não havia ninguém que não morasse ali. Essa era a defesa da Jane que, naquele momento de pandemia, estava em casa, bastante debilitada, em função de um acidente que ela havia sofrido e não conseguiu se recuperar bem. A Jane era uma guarda municipal. Era uma mulher em movimento.

A Brigada Militar esteve na casa da Jane, e ela disse: “tem que ter mandado”. Eles olharam, examinaram, viram e foram embora. No dia seguinte de novo, sabe? E no dia seguinte de novo, e no dia seguinte de novo. No dia 6 de dezembro de 2020, eles entraram na casa dela, e ela, muito incomodada, disse para eles que aquela era a última vez que entrariam. E ela discutiu com os policiais. No segundo dia que entraram na casa da Jane, todo mundo começou a levar informações para ela do que os policiais estavam fazendo no território com outras mulheres, inclusive adolescentes. Várias situações de abuso. No dia 8, dia de Oxum, pela manhã, nos encontramos, Jane e eu, nos saudamos e ela saiu para comprar pão, um ritual que ela fazia todos os dias. Nós vínhamos conversando muito sobre as situações de

violência policial que iríamos encaminhar. Na volta, a Jane se deparou com a polícia dentro do pátio dela. Um policial no portão, quatro ou cinco policiais, a gente não sabe exatamente, dentro de casa. A viatura não estava na avenida, não estava no corredor, na rua onde ela morava.

Conforme o depoimento das vizinhas, porque eu não estava lá naquele momento, a Jane teria dito: “Vocês de novo? Eu já não disse que vocês não iam mais entrar na minha casa?”. Um policial não permitiu que a Jane entrasse na casa. Meu telefone toca, uma chamada da Mãe Andreia, uma PLP do bairro Glória, Mãe de Santo, e ela me disse assim: “Bia, corre lá na casa da Jane, porque a polícia está lá na casa dela e está acontecendo alguma coisa. A Jane caiu e não sei o que está acontecendo lá”. Essa é a rede que nós temos, quem está mais próxima vê o que está acontecendo e avisa as outras. Quando eu cheguei lá, a vizinha do lado já tinha acompanhado a Jane para o Postão 3¹⁹ da Cruzeiro. Ficamos ali ouvindo o que as pessoas estavam dizendo, para onde foi. Liguei para a assistente social do Postão 3, e perguntei: “Deu entrada aí uma moça, pela Brigada Militar, a Jane?” Porque a Jane era conhecida de todo mundo. E a assistente social de plantão me disse “Sim, ela deu entrada aqui. Estou vendo o depoimento dos policiais, que dizem ter encontrado ela jogada na rua”. E eu disse “não, não foi isso que aconteceu”. Ela me disse, “mas esse é o depoimento”. Eu disse, “não, mas não foi isso que aconteceu. O que aconteceu foi que a Brigada Militar estava na casa dela e ela foi empurrada pelo policial, caiu, e foi levada para aí depois de muita insistência dos moradores, que gritaram, porque eles já estavam indo embora como se nada tivesse acontecido”. Relatei o que a comunidade tinha me relatado. Falei que inclusive ela estava ali com

¹⁹ Posto de Saúde Comunitária

uma das moradoras da rua. E o laudo já tinha saído, já estavam terminando o primeiro laudo. Eu insisti, então a assistente social me disse “vou ver as partes aqui de novo então”. E aí começou-se a discussão do falso testemunho da Brigada Militar relativo à morte da Jane.

Nesse meio tempo, a comunidade toda, no entorno da Cruzeiro do Sul, já tinha colocado fogo em vários pontos do território e a confusão já estava dada. Tinha helicóptero sobrevoando, porque a primeira coisa que colocam no nosso território é policial armado lá de cima, nos amedrontando. Os que aprontam, somem, e aí vem outros, que nada sabem, nada veem, com a única intenção de proteger os seus. E aí são violentos. Não sabem o que está acontecendo, não ouviram, e não acolhem as informações. Batem, porque eles não conversam e não te dão o direito de defesa. Aquele dia 8 de dezembro foi um horror. Nós temos dois tipos de polícia: a polícia fardada e a polícia sem farda, que circula naturalmente e filma tudo. Enterramos a Jane, e em seguida eles começaram a andar com a imagem da cara do pessoal que botou fogo na avenida, da gurizada, dos adultos, das mulheres que fecharam a avenida, perguntando quem era e onde moravam. Em todos os movimentos que fizemos em repúdio pela morte da Jane, a polícia de choque esteve presente, porque a gente fechava a avenida, única forma que temos de chamar atenção para isso. Em menos de seis meses eles colocaram o nome da Jane na rua onde ela morava. O processo de entrar na Câmara de Vereadores, para dar nome à rua, nunca foi tão rápido, nunca tinha acontecido assim. Usaram todas as formas que existem para nos calar, nos intimidar.

Em 2021, no dia 8 de dezembro, fechamos a rua de novo. Chamamos atenção pela falta de informação e pela forma que estava se encaminhando o processo da Jane. Dia 9, de manhã, a polícia civil entrou com cachorros em uma casa, na frente da União de Vilas. E saiu dali, da frente de um dos lugares onde eu trabalho com as mulheres, e foi para a casa do meu neto. Então é isso, toda vez que fizermos uma ação referente à Jane, nós vamos passar por uma intimidação. Isso me faz pensar que provavelmente os policiais não serão responsabilizados, e que isso vai cair no esquecimento.

Nós ficamos oito meses organizando porta, janela, muro, para dar proteção para a família da Jane. A família não quis mudar de território, porque estavam seguras neste território, porque todos ali eram testemunhas. E a segurança se dá aqui, onde todo mundo se conhece. Se tirar daqui para um lugar onde ninguém conhece, elas ficam desprotegidas. A violência policial neste território é grave.

A Jane, pelas informações que ela detinha sobre direito e cidadania, também protegia a juventude. Como a polícia vê isso é o que a gente tem que tratar. Porque as vilas estão cheias de PLPs, cheias de mulheres com informação, mas a gente não tem uma carteirinha, a gente não tem um diploma de faculdade, como o delegado, como o advogado. Porque se a polícia está ali, reprimindo, e tu gritas “Seu João, peraí que vou chamar a advogado”, eles dão um passo atrás na violência. Com a PLP não. Porque sabiam quem a Jane era: “lá está aquela mulher na esquina nos xingando, querendo mandado, querendo que a gente trate os guris de forma diferente, querendo garantir direito em um lugar onde não existe direito nenhum”. Isso é muito complicado.

Todas nós, mulheres, somos taxadas exatamente assim, sabe? “Ah, já veio a defensora dos direitos humanos”. No caso da Jane, a polícia saiu para uma missão. Eles sabiam o que estavam fazendo. Sabiam de quem era aquela casa. Sabiam quem era aquela mulher. Porque a Jane, inclusive, trabalhava na Secretaria de Segurança do Município, onde fica a Guarda Municipal. Uma mulher que se você entrar no sistema e colocar o nome dela, o CPF dela, você sabia quem era. Para a polícia isso é facilitado, não é como qualquer cidadão. A polícia sabe com quem ela tá lidando. A polícia é quem mais viola direitos na periferia. Porto Alegre só não está com os casos viralizados, como no Rio de Janeiro, porque a mídia não faz o seu papel nesse território.

A partir da morte da Jane, acho que a gente precisa discutir mais a Segurança Pública protetiva para as mulheres na periferia. Foi muito sério o que aconteceu com a Jane. Tem servido de alerta para nós. Temos conversado muito sobre isso em todos os lugares, inclusive nesse curso de PLPs, que está sendo realizado agora, e que leva o nome da Jane. No curso estão aparecendo muitas falas das mulheres sobre a violência policial. A polícia precisa se qualificar para abordar a mulher na comunidade, principalmente com a situação das denúncias anônimas. Quem deveria nos proteger, nos deixa com medo.

As violências continuam, mas é aquilo que costumamos dizer: Jane Vive. Jane está viva dentro de nós. Jane antes era uma, hoje somos muitas Janes.



Renata Teixeira Jardim

ADVOGADA

**P. Você poderia falar sobre os índices de violência
contra mulheres durante a pandemia?**

R. Quando inicia a pandemia, a Themis e o movimento de mulheres lançaram um alerta sobre a possibilidade de um incremento da violência contra as mulheres, fruto de uma experiência internacional em relação a crises sanitárias. Logo no início percebemos que houve uma redução nos números de registros de boletim de ocorrência. Então, para falar sobre índices de violência contra mulheres, temos que entender de que dados e de tipo de registro estamos falando.

A primeira coisa a se dizer é que a pandemia dificultou o acesso das mulheres à rede de serviços. E essa dificuldade fez com que tivéssemos dados menores de registros de violência nas delegacias policiais e também no judiciário. Quando falamos de índices de violência, pensamos em um conjunto organizado de dados. A maior parte das informações que conseguimos organizar e produzir é baseada nos dados de Segurança Pública, e esses dados têm essa questão: são referentes às mulheres que conseguiram chegar a esse serviço.

Os primeiros dados que apontam para o aumento de violência contra mulheres são do “Ligue 180”, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Logo no início da pandemia tivemos a divulgação de dados que vão mostrar um aumento dos relatos de violência contra mulheres nesses espaços de denúncia por telefone. Tivemos também um momento de aumento dos boletins de ocorrência, de ampliação dos registros, seja dos crimes de estupro, seja dos crimes de feminicídio. O feminicídio, por exemplo, é muito sazonal, porque os dados são comparados de um mês para o mesmo mês do ano anterior, havendo em alguns momentos da pandemia de maior crescimento e outros momentos foram registrados pequenos recuos. Por isso, tem que ser analisado a partir de uma abordagem histórica. O Mapa do Feminicídio, que vai trazer dados de 10 anos, nos ajuda muito mais a entender a tendência de aumento dos índices de feminicídio e morte de mulheres.

O que sabemos é que o Brasil é um dos países do mundo²⁰ que mais mata mulheres e que com a pandemia as mulheres tiveram maiores barreiras para romper com os

²⁰ Segundo dados do Mapa da Violência de 2015 o Brasil é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres. O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil foi elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio do escritório no Brasil da ONU Mulheres, da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

ciclos de violência e estiveram mais vulneráveis para enfrentar este tipo de violência dentro de suas casas. As barreiras e vulnerabilidades são de diferentes ordens. Um ponto importante é que normalmente as mulheres são agredidas dentro de casa, por parceiros íntimos, portanto o isolamento imposto pela pandemia colocou as mulheres em um grau maior de risco de sofrer ou agravar situações de violência no âmbito doméstico. Por outro lado, as mulheres, para romper com a violência, dependem do acesso a uma rede de serviços que seja capaz de acolhê-las, assim como precisam se sentir em segurança para ir até esses serviços. Dependem também de suporte social, seja de emprego, de creche, de mecanismos que abarquem a garantia de direitos para que possam realmente denunciar e romper com a violência. E a pandemia vem atingindo todas essas situações, seja colocando essas mulheres em isolamento, seja dificultando a chegada até a rede de serviços. A própria rede de serviços foi um fator de dificuldades, uma vez que muitos destes serviços foram fechados e demoraram até se organizar para atender essas demandas conforme os protocolos de segurança e os cuidados necessários na pandemia. Esse conjunto de situações, nesse contexto, podemos afirmar de uma maneira muito clara que houve, sim, um agravamento da violência nesse período.

P. O que a Themis fez ao perceber a dificuldade de acesso aos direitos nesse período?

R. A Themis estava preocupada com o que estava acontecendo no Brasil. A gente já vinha em estado de alerta sobre o agravamento da situação de violência por conta do desmantelamento das políticas públicas, que é muito anterior à pandemia. Estávamos buscando incrementar a atenção às mulheres,

compreendendo que o trabalho das PLPs nos territórios, próximos a essas mulheres, com um olhar diferenciado, acolhedor, desde a perspectiva dos direitos, era fundamental para o rompimento ou a diminuição das situações de violência. Com a pandemia, precisamos pensar formas específicas e efetivas para esse contexto, seja pensando na segurança das PLPs, porque o trabalho delas é eminentemente presencial e coletivo, seja pensando nas dificuldades que teriam para sair de casa. Para isso, articulamos uma metodologia de atendimento remoto. Pensamos em instrumentos para a readequação da atuação das PLPs, que vão desde formulários de atendimento, passando pela criação de canais seguros de comunicação por onde as PLPs pudessem acionar e ser acionadas através do telefone. Constituímos grupos de trabalho nas regiões onde as PLPs estavam articuladas. Fornecemos uma linha telefônica segura para elas, com recargas periódicas feitas pela Themis, assegurando a elas condições de participação nas reuniões de articulação, como também no atendimento às mulheres em situação de violência.

Outra demanda muito importante foi o espaço de escuta e de saúde mental para as próprias PLPs. Já é notório que não existe atenção de saúde mental na rede de serviços, essa é uma demanda histórica em especial na agenda de atenção às mulheres em situação de violência. Em 2018 o tema do cuidado ativista e segurança tornou-se central institucionalmente, frente ao contexto de recrudescimento do contexto de violência e criminalização dos movimentos sociais, nos levando a perceber a necessidade de olhar mais precisamente para a questão do cuidado de quem cuida das outras mulheres, as defensoras e as ativistas. Em parceria com a UFRGS e com uma sócia da Themis, Simone Paulon, foi desenhada uma metodologia de atendimento em saúde mental para as PLPs. Dessa forma foi criada a Clínica Feminista de Perspectiva Interseccional. O projeto inicialmente foi pensado para as PLPs e algumas outras ativistas, mas depois passou a atender também mulheres em situação de violência.

Articulado a isso, estávamos cientes também de que as mulheres estariam em uma vulnerabilidade econômica muito mais grave por conta da questão do desemprego, da crise econômica que se agravou por conta da pandemia. Nesse contexto, as PLPs ficaram mais pobres, tiveram uma redução de renda. Essa percepção nos levou a desenvolver um conjunto de ações a fim de assegurar condições básicas, não só para os atendimentos, mas também para a vida pessoal. Garantimos a conectividade, o apoio à saúde mental e à alimentação, o envio de material de segurança, como máscaras, álcool gel, kits de higiene. Realizamos uma intensa mobilização social no sentido de garantir esses cuidados para as mulheres a partir da doação de outras organizações e dos nossos próprios recursos.

O conjunto de ações desenvolvidas resultou no programa da ajuda humanitária, que se estrutura no entendimento da importância do reforço do atendimento e do cuidado em saúde para essas mulheres. Criamos também uma metodologia de atendimento e de atenção às mulheres em situação de violência. E reforçamos muito nosso diálogo com a rede de serviços, pressionando o Estado e essa rede na atenção às mulheres.

P. Essa metodologia de atendimento remoto teve parceria com o Poder Judiciário em Canoas, no Rio Grande do Sul. Poderia falar sobre essa experiência?

R. Nós já contávamos com um trabalho bem organizado e bem articulado das PLPs nas redes deste município. Logo que veio a pandemia, as próprias PLPs de Canoas já começaram a articular a melhoria dessas redes. É aí que surge a ideia de formalizar uma parceria com o Poder Judiciário para que as PLPs pudessem fazer um

um monitoramento das mulheres que tivessem um maior risco, aquelas que têm as medidas protetivas de urgência.

Formalizamos um termo de cooperação no qual se estabeleceu um fluxo de trabalho em que todos os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres nos quais foram deferidas medidas protetivas de urgência durante a pandemia seriam encaminhados institucionalmente para a Themis. Coletamos essas informações e organizamos em um banco de dados. Em seguida, repassamos essas informações para o serviço especializado de atendimento às mulheres, o Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência (CRM), o qual nos informam quais os casos que não chegaram ainda neste serviço especializado. Esse é o serviço em que todas as mulheres em situação de violência devem estar referenciadas, em especial aquelas em maior risco.

Nós recebemos essas informações e repassamos os dados das mulheres que não estavam referenciadas no centro especializado para as PLPs de Canoas. Montamos um grupo de trabalho e selecionamos as PLPs que tinham melhores condições de realizar esse atendimento de forma remota. Os casos foram divididos, distribuídos e encaminhados por nós de acordo com o local de moradia mais próximo daquela PLP. Enviamos essas informações e as PLPs passaram a fazer o contato telefônico e monitorar como está a situação dessas mulheres, se tiveram novas situações de violência, se estão correndo risco. Nesses atendimentos as principais demandas são por um acompanhamento multidisciplinar, oferecido pelo Centro de Referência, e pela resolução de questões de família, da separação, da guarda dos filhos, da pensão alimentícia. Nesses casos as PLPs orientam as mulheres na procura dos serviços e encaminhamentos. As PLPs fazem todo esse acompanhamento, e ele é continuado, não é só um telefonema.

Esse trabalho foi sistematizado, produzimos relatórios e ofícios que são anexados aos processos de violência doméstica de cada mulher atendida. A metodologia integrou o relatório internacional da pesquisa que a Themis organizou com NAMATI²¹ e está relatada como uma boa prática no documento da ONU Mulheres, que organiza as diretrizes de atendimento à violência contra as mulheres durante a Covid. Essa experiência de trabalho das PLPs também está referenciada como uma boa prática e uma experiência importante em uma nota técnica do IPEA. Foi muito importante ter sistematizado, organizado e publicizado essa experiência como uma estratégia que pudesse servir de exemplo para que outras pessoas também a implementassem.

Essa experiência de Canoas também vai informar o trabalho que desenvolvemos em Porto Alegre a partir de articulações com serviços. Na capital, fomos estabelecendo parcerias mais comunitárias com a Patrulha Maria da Penha, que foi quem deu maior respaldo para as PLPs durante a pandemia. Esse era um serviço que realmente estava lá na ponta e chegava na casa das mulheres. Também tivemos uma experiência importante com setenta PLPs de São Paulo, na qual desenvolvemos uma metodologia de atendimento remoto. Em uma parceria com a União de Mulheres de São Paulo, a Themis disponibilizou para as PLPs daquele estado a recarga telefônica e os instrumentos que havíamos elaborado de formulários de atendimento. Disseminar e organizar essa atenção também no estado de São Paulo foi uma experiência muito significativa, com a produção de um belo relatório com os resultados desta parceria e sua avaliação.

²¹ “Justiça de Gênero Durante e Além da Crise da Covid-19: Respostas institucionais à violência de gênero e o papel dos grupos de empoderamento legal”, disponível em http://themis.org.br/wp-content/uploads/2021/10/RELATO_RIO-NAMATI-PORTUGUE_S-2608-EDIT-2.pdf.

P. Você vem falando de parcerias e desse “quem cuida de quem cuida”.

**Queria que você falasse sobre a dimensão do cuidado
e de como essa ideia se ampliou durante a pandemia.**

R. É importante dizer que essa questão do cuidado sempre foi uma atribuição das mulheres. A pandemia mostrou o quanto esse trabalho é fundamental. Noventa por cento das pessoas que estão na linha de frente da pandemia são mulheres. Nas famílias a responsabilidade pelos cuidados sempre é das mulheres. A pandemia trouxe uma sobrecarga muito grande para esse trabalho de cuidado das mulheres, historicamente delegado e relegado a elas, em certo sentido, como um trabalho de menor valor. Ao mesmo tempo, as feministas e as ações que passamos a desenvolver lançaram luz para esse trabalho e acho que houve uma valorização. As pessoas, na prática e na vivência, viram o quanto era importante cuidar da casa porque precisaram ficar em casa.

A pandemia trouxe uma sobrecarga para as mulheres, mas, de alguma forma, foi uma oportunidade de mostrar o quanto que esse cuidado é importante, o quanto que a gente precisa cuidar dessas mulheres. Precisamos criar alternativas e forçar o Estado a garantir que elas não tenham tanta sobrecarga por esse cuidado. Quanto mais sobrecarga e dificuldades, mais podem estar sendo geradas ou agravadas as situações de violência. Sem falar na questão das crianças. Fora das escolas, o quanto essas questões também agravaram a situação da violência contra as crianças.

Buscamos trabalhar em parcerias, no sentido de ampliar as nossas ações. Investimos muito na articulação das PLPs em nível nacional, entendendo que elas tinham um papel importante nesse período e que a articulação é fundamental.

Nesse sentido, a própria Rede Estadual de PLPs foi rearticulada. Resgatamos muitas PLPs que não tínhamos mais contato, fizemos o mapeamento delas, montamos um banco de dados de informações dessas mulheres. E, claro, insistimos na necessidade de articulação com esse Estado, que não é fácil.

A Themis se articula em diferentes níveis: seja no nível do executivo, com Estado e gestores; seja no nível do Judiciário, onde temos uma boa inserção; seja mesmo no nível do legislativo, onde temos diálogos importantes; seja com a sociedade civil. Nesse período, buscamos repensar e fortalecer nossas articulações conforme as demandas das mulheres, esse é o nosso compromisso. Também foi importante a participação em redes internacionais, como o próprio Namati, essa rede de empoderamento legal, em nível global, que a Themis já vinha em um trabalho de diálogo, de protagonismo, no sentido de ser uma das poucas organizações que atuam no campo da violência de gênero na Rede Global de Empoderamento Legal. Mas acho que também o próprio isolamento e o reforço das tecnologias, nos fez ver uma possibilidade de reunir o mundo inteiro em uma tela, uma coisa que a gente talvez não pensasse. Sabemos que as demandas perdem muito com a virtualidade. Discutir violência de gênero, ter o acolhimento, não é a mesma coisa no virtual do que no presencial. A gente precisou se atualizar e se reinventar.

No workshop que desenvolvemos com as PLPs em que articulamos a Rede Nacional, contratamos uma consultoria para pensar especificamente essa metodologia, como seria esse trabalho em grupo e virtual. As nossas formações passaram a se tornar híbridas, e as formações de PLPs e os trabalhos de atualização também. Tentamos ter um olhar bem específico e nos qualificar no sentido de garantir que o espaço virtual fosse um espaço acolhedor e possível a partir dos temas com os quais trabalhamos. Organizamos uma pesquisa nacional, ouvimos 50 PLPs, todas pelo espaço virtual, e foi um grande desafio. Formamos uma equipe de entrevistadoras, que foram capacitadas sobre como se daria essa acolhida, esse vínculo nesses espaços.

P. Gostaria que você falasse um pouco sobre os usos estratégicos da arte e da comunicação neste período. Pensando na ação que foi feita em 2021, as ações de muralismo, etc.

R. Durante a pandemia, produzimos muitos materiais informativos para que as PLPs compartilhassem nas suas redes comunitárias. Nesse período houve, também, uma estratégia nacional de evidenciar o aumento dos feminicídios, e a Themis foi convidada e passou a integrar o Levante Feminista contra os Feminicídios, que é uma articulação nacional, criadora da campanha #NemPenseEmMeMatar. Nós temos uma atuação bem importante na campanha aqui no Rio Grande do Sul, por conta da nossa base, as PLPs, que são bem atuantes. Além de pensar essa campanha estrategicamente em nível nacional, a Themis teve uma atuação no sentido de disseminá-la nas comunidades. A gente produziu materiais como lenços, articulamos intervenções artísticas em muros, grafites, em três regiões da cidade de Porto Alegre, onde residem PLPs e estivemos em lives e ações virtuais.

Outro problema enfrentado durante a pandemia foi a questão do aborto legal. A Themis e o Fórum do Aborto Legal do Rio Grande do Sul lançaram um Guia do Aborto Legal²², criado a partir da demanda das mulheres. Teve a situação da dificuldade de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, seja de fechamento ou restrição de atendimento de alguns serviços, como os de aborto legal por exemplo, gerando um movimento para o reconhecimento de que esses

²² <http://bit.ly/GuiaAbortoLegal>

serviços eram essenciais. Para enfrentar este contexto, articulamos uma estratégia bem importante de disseminação de informações, seja para as mulheres, seja para as redes de serviços de aborto legal, de como deveria funcionar e ser garantido esse serviço, em especial durante a pandemia, reforçando a importância da aplicação das legislações. Durante esse período tivemos muitos retrocessos em relação a essa área, com portarias do Ministério da Saúde revogando uma série de coisas, casos emblemáticos, como os das meninas do Espírito Santo e de Santa Catarina. Essa também foi uma preocupação constante, e usamos muito do espaço da comunicação para poder informar e construir estratégias de diálogo e articulação tanto com a rede de serviços quanto com gestores e com a sociedade.

P. Com a pandemia, muitas instituições ficaram paralisadas sem lidar com os novos modos de interação mas a Themis elaborou novas metodologias de conectividade, proteção e cuidado. Consegue ver essa dimensão da ética feminista do cuidado agindo nessa rápida readaptação da Themis?

R. Havia uma emergência vinda das mulheres e a Themis, comprometida com as mulheres, comprometida com uma ética feminista de cuidado, se sentiu responsável em rapidamente responder a isso. Essa rede comunitária e esse contato próximo com as mulheres foram fundamentais. É diferente de só fazer um curso e mandar as mulheres para o mundo. A Themis não faz isso, ela está junto com essas mulheres. Então tivemos a oportunidade de ouvir essas mulheres, de receber suas demandadas, e apoiá-las no sentido de pensar e construir respostas concretas em relação a suas demandas.

Muito rapidamente as PLPs articularam suas comunidades, organizaram os grupos de trabalho, foram fazendo os contatos. Tem histórias lindas das PLPs articulando ações comunitárias, de produção de máscaras e distribuição gratuita. Então acho que foi potente, foi necessário, foi fundamental, mas também foi muito difícil. Para nós, mulheres, que tivemos que executar isso foi muito difícil. Eu, pessoalmente, tive um bebê no meio da pandemia. Eu estava voltando da licença maternidade no meio da pandemia. Então fiquei quatro dias na sede e tive que voltar para casa, tendo que dar conta de um bebê em casa. Outras companheiras tinham que dar conta da vida da comunidade, com desafios como conseguir ter uma internet boa. Ou colegas que conviviam com pessoas do grupo de risco para a Covid. Tudo isso foi muito difícil. Foi muito difícil ter essa consciência de que a vida das mulheres ia se tornar muito difícil. Saber que muito mais mulheres iriam morrer ou que muito mais mulheres iam sofrer violência. Foi muito duro. Acho que tivemos a capacidade de nos reinventar, de usar esse sofrimento, essa dureza e essa dificuldade no sentido de potência, mas foi bem difícil pra nós também.

Acho que esse cuidado, essa ética feminista do cuidado, também perpassou uma preocupação muito grande com a própria equipe. A Themis muito rapidamente suspendeu as atividades presenciais, tanto das PLPs quanto da equipe de trabalho. Construímos uma estratégia para garantir um trabalho mais adequado, a própria Clínica Feminista Interseccional ofereceu e nós articulamos um espaço semanal na agenda para escuta da equipe e este espaço foi fundamental. Quando se pensou na possibilidade de retomar as atividades presenciais, fomos buscar parceria para a constituição de um protocolo de biossegurança. Hoje, em que pesa esse governo dizendo que não precisa mais usar máscara, nós seguimos com plano de contingência na sede. Seguimos com regime de plantão, realizando, no máximo possível, as reuniões virtuais, tomando cuidado, sempre. Então, realmente seguimos com essa ética do cuidado, entendendo que a pandemia ainda não passou.



PERSPECTIVAS LATINO AMERICANAS

Justiça

JUSTIÇA DE GÊNERO DURANTE E ALÉM DA CRISE DA COVID-19. RESPOSTAS INSTITUCIONAIS À VIOLENCIA DE GÊNERO E O PAPEL DOS GRUPOS DE EMPODERAMENTO LEGAL NA AMÉRICA LATINA

Izabel Belloc²³

1. Introdução

A Organização Mundial da Saúde – OMS estima que as mortes atribuíveis à COVID-19, em 2020, chegaram a 3 milhões de pessoas ao redor do mundo²⁴. Durante aquele primeiro ano da pandemia global, a grande maioria dos países adotou medidas para a contenção da crise sanitária, entre elas o distanciamento social com forte restrição à mobilidade das pessoas, o que ocasionou, por um lado, que as populações fossem orientadas a permanecer em suas casas e, por outro, que os

²³ Mulher branca cisgênero; advogada e servidora pública; mestra em Género y Políticas de Igualdad pela FLACSO Uruguay e doutoranda do Doctorado en Ciencias Sociales da FLACSO Argentina; pesquisadora responsável pela região da América Latina e o Caribe do projeto Justiça de gênero durante e além da crise da COVID-19. Respostas institucionais à VBG e o papel dos grupos de empoderamento legal.

²⁴ WHO. World health statistics 2021: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Genebra: WHO, 2021. E-book.

serviços públicos e privados considerados não essenciais fossem suspensos. Muitas mulheres, crianças e adolescentes se viram, da noite para o dia, confinadas em casa com seus agressores e sem ter como buscar ajuda, já que os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, na maioria dos países, não foram considerados como serviços essenciais e estavam fechados. Além disso, os grupos de apoio a mulheres também tiveram sua mobilidade restrita de forma significativa, o que lhes impediou o acesso a essas mulheres para prestar-lhes assistência. O efeito devastador dessa combinação de fatores foi o aumento da violência de gênero em todo o mundo²⁵.

Este foi o fenômeno social disparador que levou a Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e a Rede NAMATI realizar a pesquisa *Justiça de gênero durante e além da crise da COVID-19. Respostas institucionais à VBG e o papel dos grupos de empoderamento legal*, cujo relatório “examina as respostas institucionais e da sociedade civil à violência baseada em gênero (VBG) durante a pandemia, em particular à violência doméstica (VD) e à violência por parceiro íntimo (VPI) [...] investiga o papel dos grupos de empoderamento legal para preencher as lacunas na justiça, reduzir a violência, melhorar a prestação de serviços e exigir responsabilidade²⁶”.

²⁵ ONU. Declaração interagencial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas no contexto da COVID-19 – ONU Mulheres. Em: 25 jun. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/declaracao-interagencial-das-nacoes-unidas-sobre-violencia-contra-mulheres-e-meninas-no-contexto-da-covid-19>

²⁶ THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos; Rede Namati. *Justiça de gênero durante e além da crise da COVID-19. Respostas institucionais à violência de gênero e o papel dos grupos de empoderamento legal*. Porto Alegre: Themis e Namati, 2021. Disponível em http://themis.org.br/wp-content/uploads/2021/10/RELATO_RIO-NAMATI-PORTUGUE_S-2608-EDIT-2.pdf.

2. A pesquisa na América Latina e Caribe

O estudo recolheu e analisou dados e informações de 19 organizações de base e suas experiências de empoderamento legal na linha de frente para abordar a VBG, em contexto de pandemia de COVID-19, em 4 regiões: América Latina e Caribe, África Subsaariana, Ásia e Leste Europeu. Este artigo descreve a pesquisa na região da América Latina e Caribe, com seis organizações sociais: Fundación Markani (Argentina), Fundación Construir (Bolívia), Gelédes - Instituto da Mulher Negra (Brasil), Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos (Brasil), Iniciativa de los Derechos de la Mujer (Guatemala) e EQUIS Justicia para las Mujeres (México). O objetivo da pesquisa focou na identificação de ações e/ou projetos de enfrentamento à violência baseada em gênero (VBG) durante a pandemia COVID-19, no período de março de 2020 a fevereiro de 2021, segundo os seguintes critérios:

- a. inovação e resiliência para manter a promoção do acesso a direitos, justiça e/ou empoderamento legal em face da VBG;
- b. potencial de sustentabilidade em períodos pós-pandemia e/ou em períodos de crise, como emergências sanitárias ou humanitárias como inundações, terremotos e cenários de conflitos;
- c. potencial de replicabilidade para implementação em outros territórios, países ou regiões.

A pesquisa reuniu dados sobre as organizações, através de pesquisas online e entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações, um grupo focal regional, bem como documentos enviados pelas organizações. Também foram realizadas pesquisas secundárias sobre os contextos nacionais, especialmente no que diz respeito às regulamentações nacionais e políticas públicas de enfrentamento às VBG durante o período pesquisado. Neste particular, uma fonte de informação importante sobre legislação e políticas públicas nacionais, para a região, foi o *Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe - Impacto económico y social*²⁷, da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL²⁸. Os dados coletados permitiram conhecer os contextos jurídico-políticos em que essas organizações estão inseridas, os desafios enfrentados por elas e pelas mulheres em situação de VBG durante a pandemia COVID-19, bem como as ações planejadas e implementadas para vencer esses desafios, em termos de acesso a direitos, justiça e/ou empoderamento jurídico, no período pesquisado.

Todos os países das organizações pesquisadas são signatários da CEDAW²⁹, da Convenção de Belém do Pará³⁰ e da Estratégia Montevidéu³¹; e possuem leis de enfrentamento à VBG, sejam leis de primeira ou segunda geração, isto é, sobre

²⁷ CEPAL. *Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe. Impacto económico y social*. [S. I.], 2020. Text. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/subtemas/covid-19>.

²⁸ CEPAL. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. [S. I.], 2022. Text. Disponível em: <https://www.cepal.org/es>. Acesso em: 12 jul. 2022.

²⁹ ONU. *Convención para la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer* (CEDAW). Nueva York: ONU, 1979.

³⁰ OEA. *Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer*, Convención de Belém do Pará. Belém do Pará: OEA, 1994.

³¹ CEPAL. *Estrategia de Montevideo*. Montevideo: CEPAL, 2017.

violência doméstica, como nos casos do Brasil e Guatemala, ou de proteção integral, como nos casos da Argentina, Bolívia e México. Além disso, todos os países tipificam o feminicídio como um delito penal, o que está incluído em leis abrangentes de proteção na Argentina, Bolívia e México, e constitui legislação específica no Brasil e na Guatemala.

Quanto ao tratamento da VBG do ponto de vista das instituições públicas, em contexto da pandemia COVID-19, constatou-se que em todos os países da região pesquisados os serviços públicos foram suspensos ou restritos, pelo menos temporariamente; as audiências judiciais também foram suspensas em uma fase inicial e foram retomadas em modo *on-line* numa fase posterior; em geral, os serviços públicos, incluindo os serviços policiais, foram restringidos, os quais foram oferecidos em modo *on-line* ou por meio de linhas telefônicas gratuitas, embora o acesso a esses serviços tenha sido dificultado pela não resposta em todos os países.

3. Os desafios encontrados pelas mulheres em situação de VBG e organizações

A pesquisa pode demonstrar que as organizações desenvolvem seu trabalho no vazio criado pela ausência do Estado ou não efetividade das políticas públicas no enfrentamento à VBG, especialmente em contexto de pandemia de COVID-19, em que o Estado retraiu seus serviços. Neste sentido, as medidas restritivas de circulação que não consideraram a VBG, a perspectiva de gênero, a

brecha digital, entre outros, levaram a que, por exemplo, serviços de atenção a mulheres em situação de VBG passassem ao modo digital de um dia para o outro, e audiências judiciais fossem suspensas, sendo retomadas em modo digital.

Assim, as mulheres em situação de VBG enfrentaram um triplo desafio: o não acesso a serviços especializados, conviver com seus agressores quando não puderam se afastar deles e, quando puderam fazê-lo, precisaram buscar sustento ainda estando em situação de vulnerabilidade. A agência das organizações e Promotoras Legais Populares ou Comunitárias foi fator determinante para que essas mulheres tivessem alguma assistência, muitas vezes determinante na proteção de sua integridade física, vida (e de suas filhas e filhos), e na garantia de seus direitos.

A brecha digital foi outro fator que interferiu de forma importante no enfrentamento à VBG durante a pandemia de COVID-19. Para muitas mulheres em situação de VBG, o fato de não ter acesso a telefones celulares, tablets ou computadores, não dominar o uso de tecnologias digitais e/ou não contar com serviço de internet foram barreiras adicionais à busca por serviços públicos de forma rápida e adequada, no período. Em especial, mulheres pobres de comunidades urbanas periféricas, rurais ou indígenas ficaram incomunicáveis com a institucionalidade pública e/ou com organizações sociais nos territórios e períodos de alta restrição de mobilidade.

Por outro lado, a brecha digital em contexto de COVID-19 também foi um desafio importante e emblemático para as organizações sociais: em todos os casos

houve a necessidade de implementar rapidamente novas formas de trabalho devido às medidas de isolamento social e restrição de circulação, que impactaram muito a comunicação e a atenção a mulheres em situação de VBG. No entanto, algumas organizações conseguiram se reorganizar muito rapidamente para tomar providências, como a compra e distribuição de telefones celulares, tablets e/ou chips para suas equipes e PLPs, e o uso de tecnologias alternativas mais acessíveis.

Diante da precariedade de políticas públicas adequadas para enfrentar a VBG em contexto de pandemia, por exemplo, a não transversalização da perspectiva de gênero nas políticas e a não declaração do enfrentamento à VBG como serviço essencial durante a crise sanitária, as organizações tiveram que se mobilizar para estabelecer o diálogo com autoridades nacionais, estaduais e locais. Em alguns casos, essas organizações conseguiram algum espaço ou apoio estatal para implementar ações comunitárias mais diretas e efetivas; em outros, não houve possibilidade de diálogo e as organizações não puderam desenvolver atividades no período pesquisado.

As políticas públicas genéricas (não específicas para responder à VBG) e a falta de transversalização da perspectiva de gênero nessas políticas também são uma característica do período. Alguns governos nacionais editaram medidas e orientações pontuais com perspectiva de gênero no contexto de crise sanitária;

mas, num primeiro momento, as medidas sanitárias gerais não tinham essa perspectiva e nem os serviços especializados foram repensados para atender às mulheres, sendo interrompidos, suspensos ou restritos.

A falta de financiamento necessário para a adaptação das organizações ao novo contexto afetou sua capacidade para manter as atividades durante a pandemia. As organizações que contavam com financiamento externo, por exemplo, de cooperação internacional, tiveram possibilidade maior, mais regular, duradoura e consistente para pensar ações e projetos adequados às novas necessidades. Por outro lado, as organizações que contavam apenas com doações de pessoas físicas, enfrentaram uma reduzida quantidade de recursos, ficando mais restritas em suas ações e, muitas vezes, trabalharam exclusivamente em redes comunitárias locais, sem a estrutura necessária.

Por fim, a irregularidade ou não produção de dados e indicadores estatísticos sobre VBG e seu enfrentamento, antes e/ou durante a pandemia de COVID-19, também é um fator prejudicial. Na Região, durante o ano de 2020, a produção desses dados foi ausente ou irregular na maioria dos países pesquisados e somente na Argentina foram encontrados indicadores estadísticos produzidos pelo Estado de forma consistente. Nos demais países os indicadores encontrados foram produzidos por organismos independentes, prejudicando o planejamento e a implementação de ações mais eficazes, seja por parte das organizações ou do próprio Estado.

4. Perspectivas e tensões

As informações obtidas e analisadas na pesquisa permitiram verificar as tensões e perspectivas do enfrentamento à VBG durante e além da pandemia de COVID-19, sob o ponto de vista das organizações de empoderamento legal, com base nas percepções de suas integrantes. As perspectivas foram demonstradas na agência das organizações em contexto da crise sanitária, apesar da magnitude dos desafios enfrentados. Por sua vez, as tensões foram verificadas em alguns impactos que desempenharam um papel negativo no período, tanto para mulheres em situação de VBG como para o trabalho das próprias organizações.

A pesquisa não pretendeu elaborar recomendações detalhadas para a sua solução dessas tensões, mas, sim, assinalar alguns pontos que possibilitem aos mais diversos atores, sejam eles do poder público ou das organizações, tomá-los em conta no momento de desenhar e planejar ações futuras. Nesse sentido, considerando os resultados da pesquisa, pode-se apontar para os seguintes aspectos que requerem atenção e resposta: a necessidade de institucionalização e transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas; o papel da brecha digital, em suas mais diversas dimensões, no acesso de mulheres em situação de violência a serviços de atenção; a necessidade de adequação e suficiência de financiamento das organizações sociais; a necessidade de diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada; a necessidade de produção de indicadores estatísticos em matéria de VBG e seu enfrentamento.

5. Lições aprendidas

Apesar dos desafios e dificuldades impostas pelas medidas sanitárias de enfrentamento à COVID-19, as organizações, especialmente quando associadas a outras organizações e/ou quando o financiamento não foi um problema, em geral, conseguiram passar rapidamente da quase paralisação de suas atividades à ação direta e eficiente no enfrentamento à VBG. A pesquisa permitiu perceber que as organizações sociais se destacaram por sua capacidade de agência, inovação e resistência frente aos novos desafios, em diferentes graus. Por outro lado, o trabalho comunitário das organizações na atenção e acompanhamento de casos de VBG gera conhecimento e experiência suficientes que permitem reconfigurações eficientes em tempos de crise. Neste sentido, pode-se afirmar que, em muitos dos casos pesquisados, mulheres em situação de VBG tiveram atenção exclusivamente através das ações desenvolvidas pelas organizações sociais objeto do estudo, que fizeram todos os esforços possíveis para dar seguimento às suas atividades regulares, além de ocupar os espaços vazios deixados pelo Estado.

Esta conjunção de agência, criatividade e resistência das organizações pesquisadas originou o desenho e implementação de experiências exitosas que cumprem com todos os critérios da pesquisa: inovação e resiliência para manter a promoção do acesso a direitos, justiça e/ou empoderamento legal em face da VBG; potencial de sustentabilidade em períodos pós-pandemia e/ou em períodos de crise, como emergências sanitárias ou humanitárias como inundações, terremotos e cenários de conflitos; e potencial de replicabilidade para implementação em outros territórios, países ou regiões. Algumas dessas experiências foram selecionadas para compor estudos de caso –redigidos pelas próprias organizações e que integram a pesquisa:

5.1 FUNDACIÓN MARKANI

Salta . Argentina

Experiência de mediação de temas acessórios a casos de VBG (retirada de agressores de casa, guarda de crianças e adolescentes, pensões alimentícias, entre outros) desenvolvida em pequenas comunidades urbanas e rurais, utilizando método aplicado junto a comunidades indígenas antes da pandemia; a ação de mediação comunitária compreende a conformação de mesas de concertação integradas por Conselhos de Mulheres Líderes, Promotoras Legais Comunitárias, representações municipais e Ministério Público.

5.2 FUNDACIÓN CONSTRUIR

La Paz . Bolívia

Assistência técnica a Promotoras Legais Comunitárias para a realização de programas de rádio e TV que apresentam capacitações e informações sobre serviços em matéria de VBG, em rádios comunitárias, rádio e TV municipais (públicas), no município de Punata, na Bolívia, com alcance aos territórios de comunidades indígenas do município.

5.3 THEMIS . Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Porto Alegre . Brasil

Acordo de cooperação com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, através do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Canoas, para o estabelecimento de fluxo de acompanhamento de mulheres com Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) deferidas, por meio da ação da Promotoras Legais Populares.

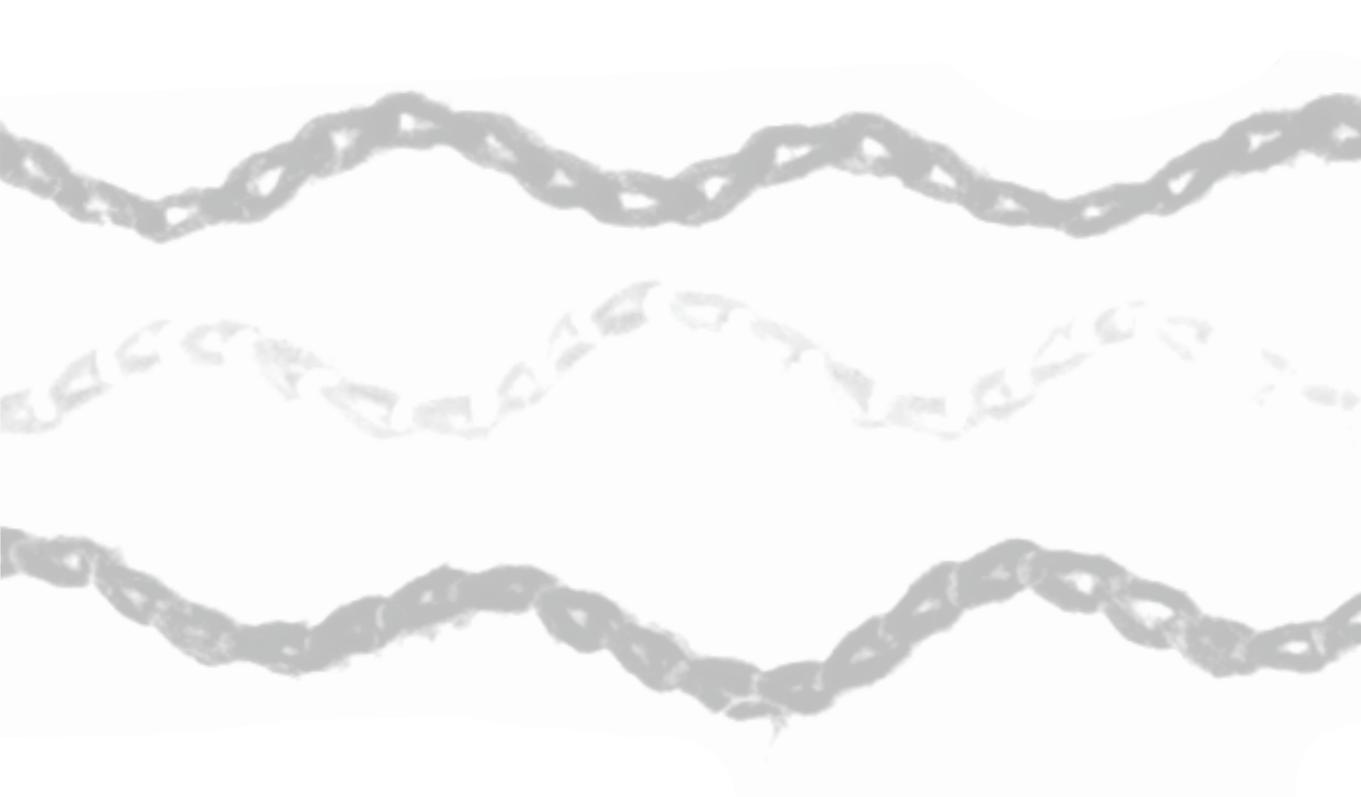
5.4 INICIATIVA DE LOS DERECHOS DE LA MUJER

Patzún . Guatemala

Programas de rádio, em espanhol e kaqchikel (idioma local), para a difusão de informações sobre VBG e o aumento do risco enfrentado pelas mulheres durante a pandemia, realizada em rede com outras organizações e rádios comunitárias, com alcance aos territórios de comunidades indígenas e rurais do município.

Referências Bibliográficas

- CEPAL. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. [S. I.], 2022. Text. Disponível em: <https://www.cepal.org/es>.
- CEPAL. **Estrategia de Montevideo**. Montevideo: CEPAL, 2017. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41011/S1700035_es.pdf
- CEPAL. **Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe. Impacto económico y social**. [S. I.], 2020. Text. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/subtemas/covid-19>.
- OEA. **Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, Convención de Belém do Pará**. Belém do Pará: OEA, 1994. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-61.html>
- ONU. **Convención para la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW)**. Nueva York: ONU, 1979. Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>
- ONU. Declaração interagencial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas no contexto da COVID-19 – ONU Mulheres. Em: 25 jun. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/declaracao-interagencial-das-nacoes-unidas-sobre-violencia-contra-mulheres-e-meninas-no-contexto-da-covid-19/>
- THEMIS - GÊNERO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; REDE NAMATI. **Justiça de gênero durante e além da crise da COVID-19. Respostas institucionais à violência de gênero e o papel dos grupos de empoderamento legal**. Porto Alegre: Themis e Namati, 2021. Disponível em: http://themis.org.br/wp-content/uploads/2021/10/RELATO_RIO-NAMATI-PORTUGUE_S-2608-EDIT-2.pdf
- WHO. **World health statistics 2021: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals**. Genebra: WHO, 2021. E-book. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1356343/retrieve>



Coordenação Editorial Denise Dourado Dora
Márcia Soares
Márcia Veiga da Silva

Editoria de Entrevistas Márcia Veiga da Silva
Natascha Enrich Castro

Consultoria Editorial Jussara Bordin

Projeto Gráfico Beatriz Canozzi Conceição

Fotos Natascha Enrich Castro
Rita Correa Garrido

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

E84 A ética feminista do cuidado [recurso eletrônico] : ativismo e auto-organização de mulheres na pandemia / coordenado por Denise Dourado Dora, Márcia Soares, Márcia Veiga da Silva.- Porto Alegre, RS : Themis -Gênero, Justiça e Direitos Humanos, 2024.102 p. ; PDF ; 3,731 MB.

Inclui índice e bibliografia. ISBN: 978-65-87579-16-0 (Ebook)

I.Direito. 2. Políticas Públicas. 3. Cidadania. 4. Ativismo. 5. Discriminação. 6. Feminismo. I. Dora, Denise Dourado. II. Soares, Márcia. III. Silva, Márcia Veiga da. IV. Título.

2024
3928

CDD 340
CDU 34

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

I.Direito 340
2.Direito 34

FEMINISMO
IGUALDADE VIDAS JUSTIÇA
VIDAS JUSTIÇA MULHERES GÊNERO
MULHERES DIREITOS
DIREITOS GÊNERO IGUALDADE
GÊNERO IGUALDADE VIDAS JUSTIÇA
IGUALDADE FEMINISMO
VIDAS JUSTIÇA GÊNERO JUSTIÇA
MULHERES DIREITOS IGUALDADE
DIREITOS GÊNERO VIDAS JUSTIÇA
VIDAS JUSTIÇA MULHERES DIREITOS
MULHERES DIREITOS FEMINISMO

